



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 078 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JULHO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 078

72ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Mensagens 03

Indicações 04

Requerimentos 07

Projetos de Lei 16

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 20

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 21

Dep. Jocelito Canto..... 22

Grande Expediente:

Dep. Teruo Kato..... 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins..... 24

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 26

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 27

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati..... 28

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 29

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 29

Liderança da Oposição

Dep. Ademar Traiano 31

Liderança do Governo

Dep. Caíto Quintana 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 35

Redação Final 39

2ª Discussão 39

1ª Discussão 40

Requerimentos 58

Encerramento da Sessão 59

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 59

Atas de Comissão

Redação 60

DIÁRIO Nº 078

72ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE JULHO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Professor Luizão e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Francisco Bühler e Mauro Moraes (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2º SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 161/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 262, 266, 270, 275, 276 e 277/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 162/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 151, 204, 284, 285, 295, 296, 297, 303, 306 e 322/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3784/07 - GS/SEED do Sr. Joécio Luiz Kloss, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Cida Borghetti, que pede esclarecimentos sobre a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Adaile Maria Leite, em Maringá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Mensagem

MENSAGEM Nº 025/07

Curitiba, 04 de julho de 2007.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Jandaia do Sul, de parte do imóvel situado no perímetro urbano do referido município e objeto da matrícula nº 2609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

O Plano de Lei em referência consulta aos elevados interesses públicos, mormente aos da região do cessionário, eis que no mencionado imóvel o município de Jandaia do Sul irá construir um Centro de Convivência do Idoso, condição resolutiva esta que consta no texto do anteprojeto de lei em causa. A cessão de uso ora proposta vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser renovada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a matrícula nº 2609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

§ 1º A parte do imóvel, mencionada no *caput* deste artigo, com 1.732,50m², confronta-se pela frente com a Rua dos Patriotas, com distância de 23,50m; daí segue confrontando com o Corpo de Bombeiros, na distância de 33,00m e na distância de 20,00m; daí segue confrontando com parte do lote 4 e com o lote 8, com a distância de 22,00m; daí segue confrontando com o lote da SANE-PAR, com 43,50m, daí segue confrontando com o restante da quadra 30/rem, com 55,00m, fechando o perímetro.

§ 2º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Art. 2º O lote em questão deverá ser utilizado, exclusivamente, para a construção de um Centro de Convivência do Idoso, sendo retomado a qualquer tempo caso seja comprovada destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. À **Diretoria Legislativa**.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 204/07

SÚMULA:

Propõe recape da Rodovia PR - 424 - Salto do Itararé e Siqueira Campos.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Recape da Rodovia PR - 424 entre Salto do Itararé e Siqueira Campos.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 205/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 436 - Ibaiti e Ribeirão do Pinhal.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 436 entre Ibaiti e Ribeirão do Pinhal.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 206/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 151 - Carlópolis e Salto do Itararé.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 151 entre Carlópolis e Salto do Itararé.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 207/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 151 - Salto do Itararé e Santana do Itararé.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 151 entre Salto do Itararé e Santana do Itararé.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 208/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 092 - Wenceslau Braz e Jaguariaíva.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 092 entre Wenceslau Braz e Jaguariaíva.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 209/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 515 - Barra do Jacaré e Jacarezinho.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 515 entre Barra do Jacaré e Jacarezinho.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 210/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 442 - Sengés e São José da Boa Vista.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 442 entre Sengés e São José da Boa Vista.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 211/07

SÚMULA:

Propõe a implantação de sinalização eletrônica para pedestres.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes - SETR - do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

A sinalização eletrônica para pedestres na Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415) no cruzamento com a Av. Camillo di Lellis no município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Este é o principal dos cruzamentos existentes no município, com intenso fluxo de veículos e com constantes acidentes envolvendo pedestres, o que justifica a necessidade da sinalização ora proposta.

Necessária também a melhoria da sinalização horizontal naquele cruzamento.

INDICAÇÃO Nº 212/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica na Estrada Ecológica em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

A pavimentação asfáltica na Estrada Ecológica no município de Pinhais, no trecho de 3 (três) quilômetros ligando a Vila Walde Rosi Galvão até a Estrada da Graciosa.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A via tem uma importante localização, interligando o município de Pinhais com os municípios de Colombo, Quatro Barras e Campina Grande do Sul. A falta de pavimentação ocasiona grandes dificuldades de locomoção na região.

INDICAÇÃO Nº 213/07

SÚMULA:

Propõe a implantação de sinalização eletrônica - semáforos.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes - SETR - do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

A sinalização eletrônica - semáforo - na Estrada da Graciosa, no cruzamento com a Av. Jacob Macanhan no município de Pinhais, divisa com o município de Colombo.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um cruzamento com intenso fluxo de veículos e com constantes acidentes ocasionados pela ausência de sinalização eletrônica no local.

INDICAÇÃO Nº 214/07

SÚMULA:

Solicita a liberação de recursos ao município de Curitiba para a realização das obras de revitalização da Av. Toaldo Túlio.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

Sejam liberados os recursos necessários para a realização das obras de revitalização da Av. Toaldo Túlio, em toda a sua extensão, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois esta via de ligação é uma das mais importantes e possui um movimento muito grande de veículos de passeio, caminhões e ônibus, além de concentrar o comércio da região, necessitando de uma revitalização, conforme projeto já existente, desenvolvido pelo IPPUC e de importância mister para toda a comunidade.

INDICAÇÃO Nº 215/07

SÚMULA:

Propõe a Secretaria Especial de Relações com a Comunidade uma atenção especial e a inclusão do município de Juranda no Programa Paraná em Ação.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria Especial de Relações com a Comunidade em dar uma atenção especial e a incluir o município de Juranda no Programa Paraná em Ação.

II - Sabedores das intenções do referido programa estadual que visa o bom atendimento a todo o estado vimos propor o atendimento ao município de Juranda já anunciando que anualmente realizam-se dois eventos, com grande concentração popular, sendo a EXPOJUR,

realizada sempre na segunda quinzena de julho e a Festa da Leitoa Entrincheirada, prato típico do município, realizada na segunda quinzena de dezembro.

III - Tal solicitação atendo ao requerido pelo Vereador Jair Grigato que nos encaminhou ofício de solicitação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 216/07

SÚMULA:

Propõe recursos para UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste para instalação de um Laboratório de Línguas no *campus* da Universidade em Irati - LABORALI.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, vem respeitosa-mente à presença do Coordenador da Unidade de Gestão Financeira, Sr. Nivaldo Rizzi, reivindicar a seguinte providência para a UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste localizada em Irati-PR - Procolo SETI nº 9.631.751-4.

- Instalação de um Laboratório de Línguas da UNICENTRO/Irati - LABORALI

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A instalação do laboratório de línguas é de suma importância para a capacitação intelectual dos alunos que ali estudam, vez que serão diretamente beneficiados os cursos de: Letras/Inglês; Letras/Espanhol; Curso de Turismo (Inglês e Espanhol) além de incentivar a aprendizagem de uma segunda língua àqueles que se propõe a fazer um curso superior.

Importante ainda ressaltar o conceito que a UNICENTRO vem continuamente recebendo do ENAD e do IDD a credenciam como uma das melhores do Brasil; em 2005, o curso de Engenharia Florestal foi avaliado com nota máxima, classificando-se como o melhor de nosso país e, em 2006, o curso de administração foi também avaliado com a nota máxima, disputando a classificação com a mesma nota com outros 45 cursos do Brasil.

Estas colocações somente vêm reforçar a importância da instituição perante a formação intelectual e profissional de seus estudantes. Certamente, com alguns investimentos, pode fortalecer-se ainda mais em conceito e qualidade perante as demais universidades nacionais.

INDICAÇÃO Nº 217/07

SÚMULA:

Solicita a instalação de válvula de segurança nas mangueiras dos botijões de gás das cantinas e cozinhas de todas as escolas públicas do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, o Sr. Maurício Requião.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário da Educação, o professor Maurício Requião, para solicitar a elaboração de Mensagem do Poder Executivo, obrigando a instalação de válvula de segurança nas mangueiras dos botijões de gás que atendem as cantinas e cozinhas de todos as escolas estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta sugestão ao Secretário de Estado da Educação, o professor Maurício Requião, porque entendemos que o produto poderá salvar muitas vidas e pessoas de queimaduras com gás de cozinha. As estatísticas comprovam tal afirmação.

O produto foi inventado pelo bombeiro da reserva do Paraná, Devadir Gonçalves dos Reis, que fez testes da válvula de segurança durante 15 anos. O invento já foi patentado pelo INPI e reconhecido por órgãos e entidades promotoras de novas idéias, o que já lhe valeu prêmios talento pela invenção.

Como a maioria das mangueiras de gás instaladas estão com a data de validade vencidas, a substituição da mangueira com a válvula de segurança não seria ônus algum para as escolas estaduais.

A mangueira com a válvula de segurança é um produto não perecível, com liga de cobre, latão, plástico, elastômeros e alumínio. O produto usa sistema de vedação que trabalha a menos de 15°. É composto por uma válvula que possui um dispositivo inteligente que, a um simples contato com o fogo ou rompendo completamente, é acionado, interrompendo o vazamento do gás.

INDICAÇÃO Nº 219/07

SÚMULA:

Sugere apoio do Governo do Estado, para a conclusão da quadra de esporte no Colégio Estadual Vital Brasil - Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere apoio do Governo do Estado, para a conclusão da quadra de esporte no Colégio Estadual Vital Brasil - Maringá.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 220/07

SÚMULA:

Sugere apoio do Governo do Estado, para a implantação no município de Sarandi do Projeto de Barracões Industriais.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere apoio do Governo do Estado, para implantação no Município Sarandi do Projeto de Barragens Industriais.

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo pedido da Associação Comercial Industrial e de Serviços de Sarandi.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, na condição de Líder do PSDB, indico o Deputado Luiz Malucelli para substituir o Parlamentar Luiz Fernandes Litro na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder do PSDB, venho através do presente indicar o Sr. Deputado Luiz Malucelli para substituição ao Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro no lugar deste nas Comissões Permanentes desta Casa.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(aa) ADEMAR TRAIANO
VALDIR ROSSONI

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 2033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 479/07 - oriundo da Mensagem n° 024/07, que autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, sob a modalidade de "equivalência em produto" em operações de crédito contratadas por produtores rurais, conforme específica.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 478/07 - oriundo da Mensagem n° 023/07, que autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para

instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturna, conforme específica.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 548/06, item 12, por duas Sessões.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 2042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 11/07/07 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei n° 263/07 - Mensagem 014/07.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Jocelito Canto, Teruo Kato, Stephanes Júnior, Luiz Nishimori, Luiz Eduardo Cheida, Nereu Moura, Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Professor Luizão, Elton Welter, Ney Leprevost, Dr. Batista, Artagão Júnior, Luiz Malucelli, Cleiton Kielse, Antonio Anibelli, Mamede, Felipe Lucas e Alexandre Curi.

REQUERIMENTO N° 2040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2004

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER, a liberação do plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 08 de agosto de 2007 no período de 08h30 às 12h00 para realização de Audiência Pública da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações sobre o Aproveitamento de Potenciais Energéticos no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO N° 2005

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à mesa, o uso do Grande Expediente para o dia 08 de agosto de 2007, a ser utilizado pela Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações sobre o Aproveitamento de Potenciais Energéticos no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO N° 2010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a não inclusão de seu nome como segurado do Plano de Previdência Social dos Srs. Deputados Estaduais, por ter o mesmo caráter facultativo.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 2021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja transformada a Sessão plenária do dia 23 de agosto próximo, em Sessão Solene em Homenagem ao Dia do Soldado.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para utilizar o plenarinho desta Casa no dia 17 de julho de 2007, às 10h00, com objetivo de organizar uma Audiência Pública pela Comissão de Indústria, Comércio e Turismo.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO N° 2041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei n°s 378/07 e 456/07, que dispõe sobre a cassação de eficácia da inscrição estadual do ICMS dos estabelecimentos que comercializam produtos oriundos de cargas roubadas.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 2043

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, vem apresentar sua justificativa de voto, tendo em vista que os dados constantes da LDO, especificamente no que

respeita à ParanaPrevidência, informados no Anexo I - Metas Fiscais - inciso 4 "Avaliação da Situação Financeira e Autuarial", foram alterados conforme republicação do Balanço do Estado no Diário Oficial de 15 de junho último, e ante a ausência de consenso para adiamento da votação do Projeto de Lei 236/07 - LDO, os Deputados signatários vêm-se no dever de votar contrariamente ao Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento que baseou seu parecer nos dados da Mensagem original encaminhada em 13 de abril de 2007.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(aa) JOCELITO CANTO, LUIZ MALUCELLI, VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, RIBAS CARLI FILHO, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI, AUGUSTINHO ZUCCHI, RENI PEREIRA, ANTONIO BELINATI, ROSANE FERREIRA e PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO N° 2002

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Maria Zamora, ocorrido no último dia 28 de junho.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Waldemar Zamoro, com endereço na Av. Jacutinga, n° 1160 - Jardim Tropical II - CEP 87310-020, em Campo Mourão.

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Ana Maria Zamora nossos devidos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 28 de junho de 2007, que deixa eternas saudades.

Pessoa de destaque na sociedade mourãoense, esposa do ex-Vereador do Campo Mourão, era dona de casa e tinha 53 anos, deixando 4 filhos e esposo.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO N° 2012

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Zulmira Franciscatto e João Franciscatto, pela celebração

de Bodas de Ferro, completando assim, 65 anos de feliz união conjugal, cuja comemoração se realizará no dia 21 de julho de 2007, na cidade de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando os votos de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros, noras e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade de Toledo, por ter em seu meio o ilustre casal Zulmira e João, que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2014

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do apresentador de televisão Airton Costa, falecido em Maringá.

Airton Costa tinha um programa diário de entrevistas na RIC - Rede Independente de Comunicação, em Maringá.

Faleceu na madrugada do dia 09 de julho de 2007, deixando lacuna irreparável na vida dos amigos e familiares.

Airton Costa foi Vereador na cidade de Mandaguari e também foi narrador de jogos de futebol em diversas emissoras de rádio de Maringá e região.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para a posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Eurico Dacheux de Macedo, ocorrido no dia 09 de julho nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 80 anos de idade faleceu nesta capital, no último dia 09 do corrente, o professor e engenheiro civil Dr. Eurico Dacheux de Macedo. Era filho de Manoel Valdomiro de Macedo e da Sra. Aurélia Dacheux de Macedo. Deixou viúva dona Terezinha Greca de Macedo.

O Dr. Eurico era pai do Dr. Rafael Greca de Macedo, ex-Prefeito Municipal de Curitiba, ex-Ministro

do Esporte e Turismo, ex-Deputado Estadual e atualmente Presidente da COHAPAR.

O passamento do Dr. Eurico veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares do Dr. Eurico Dacheux de Macedo, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Macedo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 09 de julho, do radialista e apresentador de TV, o Sr. Airton Costa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Endereço: Av. Brasil, 531 a - Maringá.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Eurico Dacheux de Macedo.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado para a posteridade, na ata da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à população do município de Doutor Camargo pela comemoração da festa da Paróquia e Padroeiro São Pedro Apóstolo.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Revmo. Padre da Paróquia São Pedro Apóstolo, bem como ao Sr. Haroldo da Costa Andrade, bem como ao Sr. Luiz Alberto Jardim Nocchi, para que recebam e transmitam a toda população de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos dias 07 e 08 do corrente, foi comemorado pela população do município de Doutor Camargo a festa de comemoração da Paróquia e Padroeiro São Pedro Apóstolo.

Foi Cristo que enviou os apóstolos a todas as pessoas, a todos os povos, a todos os lugares para anunciar a palavra de Deus. Esta missão é única, sendo a mesma a sua origem e fim. A missão estende-se a todos os homens e mulheres, especialmente agora quando comemorou-se no município de Doutor Camargo a festa do Padroeiro São Pedro Apóstolo.

A família cristã de Doutor Camargo tem responsabilidade diante de Deus e da sociedade.

Uma das coisas mais belas de se observar nesta terra é a ação da graça de Deus nas pessoas. Ver como o bem cria raízes nas almas e produz frutos de conversão, de boas ações e de caridade, é o que mais nos dá alegria.

Jesus Cristo é o divino semeador, que lança as sementes em todos os tipos de solo.

A história da humanidade é a história da própria religião. Em todos os tempos o homem reverenciou o Ser Supremo. A religião é uma necessidade para o homem. Ela lhe explica a sua origem, a razão e o fim de sua existência. Nossa alma aspira a algo de extraterreno. Nossas operações não poderão ficar confinadas à matéria e o nosso eu não acaba com a morte. É assim, na religião, que encontramos lenitivo para as nossas dores e consolos para nossos desconfortos.

Cristo é o modelo que nos há de servir de guia, como Deus é onipotente nos seus conselhos, como o homem é exemplo seguro a nos mostrar o caminho que devemos seguir.

Parabenizo mais uma vez toda a população de Doutor Camargo, rogando à São Pedro Apóstolo que abençoe todas as famílias do mencionado município, para que sejam uma comunidade de amor, a exemplo da Santíssima Trindade.

REQUERIMENTO N° 2028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que fique gravado para a posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a S. Exa. o Dr. Reinhold Stephanes, DD. Ministro da Agricultura, pela determinação da redução do juro do Crédito Agrícola, bem como o

alongamento dos prazos das dívidas que vencerão até 31 de agosto próximo, dos agricultores.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vemos a agricultura como a arte de inspirar à ação humana, reconhecidas e respeitadas as divergências de pontos de vista e de interesses inerentes à condução humana.

A agricultura, mais que uma vocação, foi e continuará sendo a paixão de toda nossa vida, desta que para ela despertei, ainda jovem, na trincheira em defesa da agricultura.

A articulação sobre a agricultura, deve se valer da ampla reserva de capacidades, experiências e talentos não somente do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, mas cujo esforço sempre me somou o intuito de harmonizar competências, encontrar soluções e aprimorar compromissos.

Sempre pautei minha vida pública e da agroindústria pela concorrência, em relação aos princípios, valores e convicções. Isso resume a posição que assumimos em todas as circunstâncias.

Lutei e continuarei lutando por acreditar que os ideais por mim preconizados foram e serão sempre ao encontro das aspirações do agricultor.

Nesse ponto, desejo evocar a figura histórica do meu nobre amigo Dr. Reinhold Stephanes, DD. Ministro da Agricultura, pela feliz iniciativa de determinar a redução do juro do Crédito Agrícola, inclusive o alongamento dos prazos das dívidas que vencerão até o próximo dia 13 de agosto.

Cabe ao Ministro da Agricultura, motivar e galvanizar esforços e exigências nos limites das atribuições ministeriais, reger e disciplinar a conduta de todos esses agentes em prol da eficácia no atendimento do interesse de todos os agricultores.

Mais uma vez: felicitamos efusivamente o Exmo. Sr. Ministro Reinhold Stephanes.

REQUERIMENTO N° 2006

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Cel. QOPM Amaro do Nascimento Carvalho.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Cel. QOPM Amaro Nascimento Carvalho, pelo exemplo de dedicação, honestidade, liderança e conduta profissional na área de segurança pública e sua competente e dinâmica atuação na função de Comandante do Policiamento da Capital.

REQUERIMENTO N° 2008

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Wilson Alencar Medeiros de Mello.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Wilson Alencar Medeiros de Mello, grande personalidade da região de Santo Antônio da Platina, destacando-se pelo seu espírito empreendedor.

REQUERIMENTO N° 2007

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes da Comissão Permanente de Saúde desta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, REQUE-REM, que seja aprovada, após ouvido o douto Plenário, a moção de apoio de Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao Projeto de Lei do Senado n° 338 de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(aa) NEY LEPREVOST, MARCELO RANGEL, TERUO KATO, STEPHANES JÚNIOR, DR. BATISTA, TADEU VENERI e ROSANE FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, em razão da problemática envolvendo os medicamentos excepcionais, sendo que este projeto de lei atende, na opinião da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Paraná, aos anseios da sociedade, pois visa assegurar o acesso universal à saúde, buscando equalizar a dispensação de tais medicamentos de forma clara e justa.

REQUERIMENTO N° 2037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de Moção de Apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à indicação do nome do Dr. Fernando Eizo Ono, para ocupar vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, decorrente da ampliação da composição do TST, pela Emenda Constitucional n° 045.

A presente Moção de Apoio ao Dr. Fernando Eizo Ono, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná), deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido senso de justiça do magistrado. O nosso indicado já provou sua capacidade, quando, em duas oportunidades, foi convocado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição aos Ministros Orlando Teixeira da Costa, no período de 19 de maio de 1997 a 01 de julho de 1997, e Gelson de Aze-

vedo, no período de 19 de maio de 1999 a 02 de novembro de 1999.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente aos Exmos. Srs. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República e ao Dr. Tarso Genro, Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS, ALEXANDRE CURI e LUCIANA RAFAGNIN.

REQUERIMENTO N° 2009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no Sistema Rodoviário Estadual, bem como no Orçamento Geral do Estado, da estrada estadualizada através da Lei n° 15510, de 31 de maio de 2007, que liga a sede do município de Ramilândia à PR-495, no município de Santa Helena, visando a alocação de recursos para obras de melhoria e manutenção.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A estrada que solicitamos seja incluída no Sistema Rodoviário Estadual e no Orçamento Geral do Estado, objetivando melhorias e manutenção, é importante via de integração entre os municípios de Diamante do Oeste, Santa Helena e Ramilândia, não possuindo qualquer tipo de pavimentação, sendo o tráfego realizado sobre o leito natural.

Nesse trecho da estrada estão sendo realizados diversos assentamentos, como projetos de reforma agrária coordenada pelo Governo Federal com a participação do Governo do Estado, pelos quais serão beneficiadas cerca de 500 famílias, e quase essa totalidade já encontram-se assentadas.

Salientamos ainda que o município de Ramilândia, em todo seu território, conta apenas com 4,0 (quatro) km de estrada estadual, possuindo um IDH abaixo da média estadual e um dos mais baixos de toda a região oeste.

REQUERIMENTO N° 1989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Governador Roberto Requião, solicitando que o Governo do Estado programe, como prioridade, a construção de um hospital na zona oeste de Londrina. Com mais de 30 bairros e uma população superior a 150 mil habitantes, a região é a única que ainda não foi contemplada com uma unidade hospitalar, o que dificulta aos seus moradores

quando tem alguém doente na família, necessitando de internação.

Há muitos anos que a zona oeste aguarda com expectativa a construção desse hospital, cuja construção o Governo do Estado poderá viabilizar, também, com ajuda de recursos federais.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2013

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e em especial o artigo 129 do Regimento Interno, REQUEREM à Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, o envio do expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o paranaense Reinhold Stephanes, convidando-o para que nos honre com uma visita aos agricultores e pecuaristas no município de Tibagi, e municípios circunvizinhos, para debater sobre a situação da agricultura no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(aa) LUIZ MALUCELLI, ALEXANDRE CURI e PLAUTO MIRÓ.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

A agricultura em nosso estado é referência para a produção nacional. Temos privilégio de ter no comando da pasta um aguerrido paranaense, que depois de servir o Estado, o próprio país noutra atividade, agora comanda a agricultura de um dos maiores celeiros do mundo.

Assim é que convidamos o nobre Ministro para que nos brinde com um debate acerca das questões da agricultura, oportunizando esta valorosa nação de agricultores e pecuaristas a saber mais e melhor entorno do tema.

Razão porque Srs. Deputados, respeitosamente solicitamos ao Ministro que se digne a nos visitar e proporcionar este momento importante para todos.

REQUERIMENTO N° 2003

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo-se de suas competências SOLICITA informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação para que este forneça informações acerca das seguintes questões sobre o Colégio Estadual de Campo Mourão - Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal:

1) liberação de recursos solicitados em 22 de maio de 2006, conforme protocolado n° 9.007.691-4;

2) liberação de recursos solicitados em 24 de outubro de 2006, conforme protocolado n° 9.236.984-6;

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradeço antecipadamente.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO N° 2019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando os seguintes documentos e informações, considerando as pronunciamentos feitos pelo mesmo e pelo Diretor Geral da SEFA, Nestor Bueno por ocasião da audiência pública realizada no dia 02 de julho passado, nesta Casa de Leis:

1) Disse o Sr. Secretário que somente veio saber da inclusão como ativo disponível dos valores ainda não recebidos do Tesouro Nacional, quando da manifestação do Deputado Reni Pereira. Disse ainda que o Sr. Governador não sabe o que acontece. Pergunta-se:

- O Secretário da Fazenda assina o balanço do Estado? Não achou estranho tanto dinheiro em caixa quando os extratos das contas bancárias não demonstravam isso?

- O Governador não questionou o valor expresso do superávit? Não foram prestadas informações?

- Não há qualquer controle dos dirigentes do estado sobre os atos praticados pelos técnicos?

2) O Sr. Secretário disse ainda que não interfere no trabalho realizado pela equipe técnica da Secretaria. Que os técnicos gozam de total autonomia quanto à execução do balanço do estado. Pergunta-se:

- Os técnicos elaboraram um demonstrativo contábil que seria apresentado como peça representativa da transparência das finanças do estado incluindo valores ainda não recebidos sem ordem de ninguém? Por que motivo fariam isso?

- Todos os lançamentos contábeis, como se sabe, resultam de documentos específicos, sejam estes contratos, sentenças judiciais, extratos bancários, etc. De que documento dispunham os técnicos para efetuar o lançamento do crédito ainda não recebido como ativo disponível (dinheiro)? Quem enviou tal documentação? Houve consulta a algum órgão do Estado - Procuradoria Geral ou ao Tribunal de Contas sobre a possibilidade de efetuar tal lançamento?

3) O Sr. Secretário insistiu por diversas vezes que a prestação de contas publicada em janeiro, bem como os demonstrativos apresentados em março na Assembléia não são o balanço do estado, mais sim uma ficha de caixa. Afirmou ainda que não é possível desfazer os lançamentos contábeis ante a dificuldade de manuseio do sistema SIAFE. Pergunta-se:

- Se houve alteração na publicação feita relativa a prestação de contas do último quadrimestre de 2006, esta alteração não se refletiu nos demonstrativos contábeis do

estado? Trata-se de apenas um relatório publicado em que nada reflete a realidade do orçamento?

- Efetivamente, na contabilidade do estado, houve ou não o estorno dos valores ainda não recebidos da disponibilidade de caixa em dezembro de 2006?

- O estado entende que os demonstrativos ou a ficha de caixa podem ser diversos da realidade contábil do estado?

4) O Sr. Secretário afirmou que mesmo que não tivessem sido computados como ativo disponível os valores ainda não percebidos, que se estivessem inscritas todas as dívidas do estado ainda assim, haveria disponibilidade financeira, todavia menor. Pergunta-se:

- Existem outras dívidas que não constam do Orçamento do estado?

- Todos os contratos são empenhados de forma global?

- Todas as despesas liquidadas, ou seja, aquelas onde se certificou a execução da obras ou do serviço, referentes aos exercícios 2002 - 2006 foram pagas? Não existe qualquer pendência relativa a contratos, convênios, ações judiciais ou operações de crédito deste período?

5) O Sr. Secretário afirmou que existem diversas questões relativas a interpretação e aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal que ainda causam polêmicas entre a Secretaria da Fazenda e a PGE. Entre elas temos a questão das despesas com pessoal. Informa que a PGE entende que não podem ser computados como gasto de pessoal as despesas com pensionistas, e que o TCE e o MP entendem possível sejam agregados os gastos com pensionistas às despesas com pessoal. Pergunta-se:

- Que orientação segue a Secretaria da Fazenda na apresentação dos demonstrativos?

- Qual é o valor dos gastos com os pensionistas?

- No caso de não se agregarem os gastos com pensionistas aos gastos com pessoal como ficarão os limites de despesa de pessoal?

6) O Secretário afirmou que no ano passado criou-se o Certificado de disponibilidade financeira. Pergunta-se:

- Não sabia o Secretário da Fazenda que esta é uma exigência da LRF e consta do artigo 16 da referida lei, ou seja, a certificação pelo ordenador da despesa de que esta é compatível com o orçamento e que existe disponibilidade de caixa para sua realização?

- Isso significa dizer que, desde o ano de 2000 até o ano de 2006 as despesas eram executadas sem que o ordenador de despesa certificasse no processo de criação da despesa a efetiva compatibilidade desta com o orçamento e a existência de disponibilidade financeira?

7) O Secretário afirmou que tem total confiança nos técnicos do estado, contudo reconheceu que houve falhas no demonstrativo efetuado em dezembro de 2006, e volta a reconhecer que o demonstrativo da presente audiência pública possui percentuais e valores que não reproduzem a realidade. Alega que o erro é do computador e que não é

possível saber ao certo como funciona a demonstração da situação financeira do estado. Pergunta-se:

- Considerando que “o computador” não é um servidor público, e que, a princípio deve existir alguém responsável pela verificação da regularidade dos lançamentos e da veracidade dos demonstrativos, quem deveria ter executado a verificação da regularidade dos lançamentos de dezembro de 2006 e do presente demonstrativo e que deixou de fazê-lo?

8) O Sr. Secretário afirmou que a dívida para com a ParanaPrevidência resulta de falta de repasse de valores devidos pelo estado nos anos de 2000 até 2002, e que foi negociado com o órgão um parcelamento, cujo pagamento se fará a partir de 2007 e para os próximos 27 anos. Pergunta-se:

- Se as finanças do estado sempre estiverem em boa situação, como faziam crer todas as audiências públicas onde o resultado era alardeado como superávit nas contas (arrecadou mais do que pagou), por que motivo o estado deixou de repassar os valores para a Previdência?

- Se a dívida era exigível (o estado deixou de recolher e, portanto, tais empenhos deveriam estar em aberto, aguardando liquidação), por que transformá-la em dívida fundada? Apenas para não figurar como restos a pagar, que, por certo não teriam disponibilidade de caixa, implicando em irregularidade da gestão financeira, com penalidades ao Governador?

- A operação realizada (ao que parece uma novação ou “um empréstimo” da ParanaPrevidência) não se caracteriza como operação de crédito? Não estaria vedada nos últimos oito meses de mandato? (artigo 35 da LRF)

- Qual o valor da correção e dos juros relativos às parcelas devidas? Quem aprovou a negociação efetuada com a ParanaPrevidência? Qual o valor de cada parcela? Não se está repetindo para as próximas gestões (27 anos) a nefasta prática tão alardeada pelo Governador relativa aos valores pagos pelas dívidas do Banestado?

9) O Sr. Secretário afirmou que os valores devidos ao ParanaPrevidência que antes se encontravam como passivo exigível financeiro, hoje foram transferidos para o passivo permanente ou dívida fundada e que tal circunstância implica em prejuízo ao estado, vez que diminui sua capacidade de endividamento, pois o percentual da receita comprometido com as dívidas aumenta substancialmente. Afirmou ainda que existem valores inscritos como dívida a curto prazo (débito dos poderes legislativo e judiciário) que não foram inscritos como dívida fundada, para não comprometer ainda mais a capacidade de endividamento do estado. Pergunta-se:

- Onde foram aplicados os valores que deveriam ter sido revertidos ao Fundo?

- Os valores devidos pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo não foram entregues ao ParanaPrevidência, por que estes órgãos também não tinham disponibilidade financeira, ou porque, tendo disponibilidade, o Poder Executivo do Estado deixou de repassar tais valores?

- Considerando que o estado não pretende liquidar a curto prazo os débitos do Legislativo e do Judiciário com a ParanaPrevidência e que pretende manter o pagamento nos termos negociados (27 anos), entende que pode deixar de inscrever tais dívidas como passivo permanente? Não se trata de uma regra contábil prevista na Lei 4320/64, sem possibilidade de exercício discricionário do administrador? Não se trata de alterar a situação financeira do estado propositadamente, possibilitando a tomada de empréstimo sem que o estado possua efetivamente capacidade de endividamento nos termos da lei?

10) O Sr. Secretário informa que todos os problemas das finanças públicas do estado resultam da operação feita pelo Governo Lerner que adquiriu títulos nulos do Banco Banestado, no valor de 400 milhões. Informa ainda que em março de 2003 sabia de existência de erros e equívocos nas contas do estado, mas que não os levantou para não prejudicar o estado, o que aconselhou o Governador a também não levantar as responsabilidades pelas falhas financeiras. Pergunta-se:

- Os citados 400 milhões também figuravam no orçamento como ativo disponível?

- Em caso afirmativo ainda permanecem assim, mesmo se sabendo da impossibilidade de sua conversão em dinheiro?

- O Governo atualmente ainda “conta com estes valores” para certificar a disponibilidade financeira para a assunção de despesas do estado?

- Foi porque não podia contar com os 400 milhões que o estado deixou de repassar ao ParanaPrevidência os valores devidos, utilizando estes valores para suprir aqueles que sabia inexistentes?

11) O Sr. Secretário afirmou que ele mesmo deixou de alardear as irregularidades da Gestão Lerner. Que ele e seus técnicos aconselharam o Governador a deixar de fazê-lo, que, vindo à Assembléia não informou as dificuldades. Em tom de “quase ameaça” disse que se a assembléia levantar tais situações demonstrará ao país que a situação financeira do estado não é o que se alardeia, com graves prejuízos? Questiona-se:

- O Secretário da Fazenda entende que os princípios da transparência e a publicidade na gestão das finanças públicas não são pertinentes?

- Que em prol de uma “propaganda” de boa situação financeira, justifica-se acobertar práticas tidas possivelmente como crimes contra as finanças públicas?

- O ato de deixar de denunciar, manter o orçamento com números inexistentes não implica em ser cúmplice dos atos irregulares praticados?

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 2020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Nestor Batista, solicitando os seguintes documentos e informa-

ções, considerando os pronunciamentos feitos pelo Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua e pelo Diretor Geral da SEFA, Nestor Bueno por ocasião da audiência pública realizada no dia 02 de julho passado nesta Casa de Leis:

1) Disse o Sr. Secretário que somente veio saber da inclusão como ativo disponível dos valores ainda não recebidos do Tesouro Nacional, quando da manifestação do Deputado Reni Pereira. Disse ainda que o Sr. Governador não sabe o que acontece. Pergunta-se:

- O Secretário da Fazenda assina o balanço do Estado? Não achou estranho tanto dinheiro em caixa quando os extratos das contas bancárias não demonstravam isso?

- O Governador não questionou o valor expresso do superávit? Não foram prestadas informações?

- Não há qualquer controle dos dirigentes do estado sobre os atos praticados pelos técnicos?

2) O Sr. Secretário disse ainda que não interfere no trabalho realizado pela equipe técnica da Secretaria. Que os técnicos gozam de total autonomia quanto à execução do balanço do estado. Pergunta-se:

- Os técnicos elaboraram um demonstrativo contábil que seria apresentado como peça representativa da transparência das finanças do estado incluindo valores ainda não recebidos sem ordem de ninguém? Por que motivo fariam isso?

- Todos os lançamentos contábeis, como se sabe, resultam de documentos específicos, sejam estes contratos, sentenças judiciais, extratos bancários, etc. De que documento dispunham os técnicos para efetuar o lançamento do crédito ainda não recebido como ativo disponível (dinheiro)? Quem enviou tal documentação? Houve consulta a algum órgão do Estado - Procuradoria Geral ou ao Tribunal de Contas sobre a possibilidade de efetuar tal lançamento?

3) O Sr. Secretário insistiu por diversas vezes que a prestação de contas publicada em janeiro, bem como os demonstrativos apresentados em março na Assembléia não são o balanço do estado, mais sim uma ficha de caixa. Afirmou ainda que não é possível desfazer os lançamentos contábeis ante a dificuldade de manuseio do sistema SIAFE. Pergunta-se:

- Se houve alteração na publicação feita relativa a prestação de contas do último quadrimestre de 2006, esta alteração não se refletiu nos demonstrativos contábeis do estado? Trata-se de apenas um relatório publicado em que nada reflete a realidade do orçamento?

- Efetivamente, na contabilidade do estado, houve ou não o estorno dos valores ainda não recebidos da disponibilidade de caixa em dezembro de 2006?

- O estado entende que os demonstrativos ou a ficha de caixa podem ser diversos da realidade contábil do estado?

4) O Sr. Secretário afirmou que mesmo que não tivessem sido computados como ativo disponível os valores ainda não percebidos, que se estivessem inscritas todas as dívidas do estado ainda assim, haveria disponibilidade financeira, todavia menor. Pergunta-se:

- Existem outras dívidas que não constam do Orçamento do estado?

- Todos os contratos são empenhados de forma global?

- Todas as despesas liquidadas, ou seja, aquelas onde se certificou a execução da obras ou do serviço, referentes aos exercícios 2002 - 2006 foram pagas? Não existe qualquer pendência relativa a contratos, convênios, ações judiciais ou operações de crédito deste período?

5) O Sr. Secretário afirmou que existem diversas questões relativas a interpretação e aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal que ainda causam polêmicas entre a Secretaria da Fazenda e a PGE. Entre elas temos a questão das despesas com pessoal. Informa que a PGE entende que não podem ser computados como gasto de pessoal as despesas com pensionistas, e que o TCE e o MP entendem possível sejam agregados os gastos com pensionistas às despesas com pessoal. Pergunta-se:

- Que orientação segue a Secretaria da Fazenda na apresentação dos demonstrativos?

- Qual é o valor dos gastos com os pensionistas?

- No caso de não se agregarem os gastos com pensionistas aos gastos com pessoal como ficarão os limites de despesa de pessoal?

6) O Secretário afirmou que no ano passado criou-se o Certificado de disponibilidade financeira. Pergunta-se:

- Não sabia o Secretário da Fazenda que esta é uma exigência da LRF e consta do artigo 16 da referida lei, ou seja, a certificação pelo ordenador da despesa de que esta é compatível com o orçamento e que existe disponibilidade de caixa para sua realização?

- Isso significa dizer que, desde o ano de 2000 até o ano de 2006 as despesas eram executadas sem que o ordenador de despesa certificasse no processo de criação da despesa a efetiva compatibilidade desta com o orçamento e a existência de disponibilidade financeira?

7) O Secretário afirmou que tem total confiança nos técnicos do estado, contudo reconheceu que houve falhas no demonstrativo efetuado em dezembro de 2006, e volta a reconhecer que o demonstrativo da presente audiência pública possui percentuais e valores que não reproduzem a realidade. Alega que o erro é do computador e que não é possível saber ao certo como funciona a demonstração da situação financeira do estado. Pergunta-se:

- Considerando que “o computador” não é um servidor público, e que, a princípio deve existir alguém responsável pela verificação da regularidade dos lançamentos e da veracidade dos demonstrativos, quem deveria ter executado a verificação da regularidade dos lançamentos de dezembro de 2006 e do presente demonstrativo e que deixou de fazê-lo?

8) O Sr. Secretário afirmou que a dívida para com a ParanaPrevidência resulta de falta de repasse de valores devidos pelo estado nos anos de 2000 até 2002, e que foi negociado com o órgão um parcelamento, cujo paga-

mento se fará a partir de 2007 e para os próximos 27 anos. Pergunta-se:

- Se as finanças do estado sempre estiverem em boa situação, como faziam crer todas as audiências públicas onde o resultado era alardeado como superávit nas contas (arrecadou mais do que pagou), por que motivo o estado deixou de repassar os valores para a Previdência?

- Se a dívida era exigível (o estado deixou de recolher e, portanto, tais empenhos deveriam estar em aberto, aguardando liquidação), por que transformá-la em dívida fundada? Apenas para não figurar como restos a pagar, que, por certo não teriam disponibilidade de caixa, implicando em irregularidade da gestão financeira, com penalidades ao Governador?

- A operação realizada (ao que parece uma novação ou “um empréstimo” da ParanaPrevidência) não se caracteriza como operação de crédito? Não estaria vedada nos últimos oito meses de mandato? (artigo 35 da LRF)

- Qual o valor da correção e dos juros relativos às parcelas devidas? Quem aprovou a negociação efetuada com a ParanaPrevidência? Qual o valor de cada parcela? Não se está repetindo para as próximas gestões (27 anos) a nefasta prática tão alardeada pelo Governador relativa aos valores pagos pelas dívidas do Banestado?

9) O Sr. Secretário afirmou que os valores devidos ao ParanaPrevidência que antes se encontravam como passivo exigível financeiro, hoje foram transferidos para o passivo permanente ou dívida fundada e que tal circunstância implica em prejuízo ao estado, vez que diminui sua capacidade de endividamento, pois o percentual da receita comprometido com as dívidas aumenta substancialmente. Afirmou ainda que existem valores inscritos como dívida a curto prazo (débito dos poderes legislativo e judiciário) que não foram inscritos como dívida fundada, para não comprometer ainda mais a capacidade de endividamento do estado. Pergunta-se:

- Onde foram aplicados os valores que deveriam ter sido revertidos ao Fundo?

- Os valores devidos pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo não foram entregues ao ParanaPrevidência, por que estes órgãos também não tinham disponibilidade financeira, ou porque, tendo disponibilidade, o Poder Executivo do Estado deixou de repassar tais valores?

- Considerando que o estado não pretende liquidar a curto prazo os débitos do Legislativo e do Judiciário com a ParanaPrevidência e que pretende manter o pagamento nos termos negociados (27 anos), entende que pode deixar de inscrever tais dívidas como passivo permanente? Não se trata de uma regra contábil prevista na Lei 4320/64, sem possibilidade de exercício discricionário do administrador? Não se trata de alterar a situação financeira do estado propositadamente, possibilitando a tomada de empréstimo sem que o estado possua efetivamente capacidade de endividamento nos termos da lei?

10) O Sr. Secretário informa que todos os problemas das finanças públicas do estado resultam da operação

feita pelo Governo Lerner que adquiriu títulos nulos do Banco Banestado, no valor de 400 milhões. Informa ainda que em março de 2003 sabia de existência de erros e equívocos nas contas do estado, mas que não os levantou para não prejudicar o estado, o que aconselhou o Governador a também não levantar as responsabilidades pelas falhas financeiras. Pergunta-se:

- Os citados 400 milhões também figuravam no orçamento como ativo disponível?

- Em caso afirmativo ainda permanecem assim, mesmo se sabendo da impossibilidade de sua conversão em dinheiro?

- O Governo atualmente ainda “conta com estes valores” para certificar a disponibilidade financeira para a assunção de despesas do estado?

- Foi porque não podia contar com os 400 milhões que o estado deixou de repassar ao ParanaPrevidência os valores devidos, utilizando estes valores para suprir aqueles que sabia inexistentes?

11) O Sr. Secretário afirmou que ele mesmo deixou de alardear as irregularidades da Gestão Lerner. Que ele e seus técnicos aconselharam o Governador a deixar de fazê-lo, que, vindo à Assembléia não informou as dificuldades. Em tom de “quase ameaça” disse que se a assembléia levantar tais situações demonstrará ao país que a situação financeira do estado não é o que se alardeia, com graves prejuízos? Questiona-se:

- O Secretário da Fazenda entende que os princípios da transparência e a publicidade na gestão das finanças públicas não são pertinentes?

- Que em prol de uma “propaganda” de boa situação financeira, justifica-se acobertar praticas tidas possivelmente como crimes contra as finanças públicas?

- O ato de deixar de denunciar, manter o orçamento com números inexistentes não implica em ser cúmplice dos atos irregulares praticados?

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 495/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ou efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, do imóvel objeto da matrícula nº 9734 do Livro nº 2 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos, estado do Paraná, constituído pelo lote nº 06 (seis) da quadra nº 108 (cento e oito), localizado à rua Souza Naves nº 77, do Patrimônio Dois Vizinhos - Parte Norte, com 638,575m², contendo uma edificação em alvenaria, com 238,48m², o qual será destinado para as instalações da Agência do INSS, em parceria com a Previdência Social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se observa pela inclusa certidão, o imóvel objeto do presente Projeto de Lei, adquirido pelo município de Dois Vizinhos, foi doado ao estado do Paraná em 28 de maio de 1987, de acordo com a Lei Municipal nº 346/87, sendo que em setembro de 1991, foi ali edificada uma casa em alvenaria, destinada a abrigar instalações da Agência de Rendas Estadual.

Recentemente, por questões de interesse do Estado, a mencionada agência de rendas foi extinta, restando desocupado o prédio existente sobre o imóvel citado.

O município de Dois Vizinhos, em parceria com a Previdência Social pretende instalar nesse imóvel uma Agência do INSS, a qual vai dar atendimento não só ao citado município de Dois Vizinhos, como também aos municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge d'Oeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Sulina, Saudade do Iguaçu, São João e Verê, com possibilidade ainda de abranger o município de Quedas do Iguaçu.

Segundo informações, a população a ser beneficiada com essa agência é estimada em mais de 100.000 habitantes, o que por si justifica esse empreendimento, além de diminuir a sobrecarga de serviços das agências de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ou efetuar cessão de uso de imóvel de sua propriedade ao município de Dois Vizinhos.

PROJETO DE LEI Nº 496/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a associação, União Por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A União Por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, UMP - é uma associação sem fins lucrativos, foi fundada em 29 de setembro de 2001 por um grupo de trabalhadores, que encontravam necessidade de uma ferramenta que unificassem as suas necessidades na área da moradia popular e qualidade de vida.

Tem como objetivo mobilizar os sem teto, aqueles que pagam aluguel, moram de favor ou em condições insalubres, irregular, fundos de vale e área de risco, com o objetivo de construir uma proposta de política habitacional para cidade e o país.

A União tem como propósito a mobilização e a conscientização daqueles que não têm moradia, para buscar alternativas para construções de habitações populares, através da conquista do terreno, do financiamento de projetos e da construção pelo sistema de mutirões e auto-gestão, de forma que o futuro morador consiga viver com dignidade, usufruindo moradia na sua plenitude, exercendo o direito a cidadania.

A UMP - Ponta Grossa, vem desenvolvendo diversos cursos como: Políticas Habitacionais, Estatuto das Cidades, Construção e Auto-gestão, Plano Diretor.

Procura ainda trabalhar na orientação e implantação de sistemas de Usucapião, concessão para fins de moradia, viabilizar os lotes urbanizados e construção de novas moradias.

Estes trabalhos vêm sendo desenvolvidos em parceria com prefeituras e o Ministério das Cidades.

Já foram beneficiadas diversas comunidades como: Santa Luiza, Bela Vista do Paraíso, Ouro Verde, Estrela do Norte, Estrela Augusta, Jardim Atlanta, Estrela do Lago, Loteamento Jundiáí, entre outras comunidades em Ponta Grossa.

PROJETO DE LEI Nº 497/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro para o Resgate a Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Centro para o Resgate a Vida Esperança - CEPES, é associação sem fins lucrativos, de caráter benéfico, com sede na Rua João Matiuzzi, 340, no município de Apucarana.

É mantenedora da entidade a Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo e tem por finalidade atender no Centro pré-adolescentes, do sexo feminino, na faixa etária entre 10 e 18 anos que não tenham família, sem estrutura social, mães solteiras, filhas de presidiários, enfim jovens que necessitam de assistência e amparo.

O trabalho da entidade é fundamental para a comunidade e merece o reconhecimento da Assembléia Legislativa, através da concessão do título de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 498/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Viva a Vida - AVIDA, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Viva a Vida, mais conhecida sob a denominação "AVIDA", foi constituída em 02 de março de 2001 e desde então vem oferecendo relevantes serviços sociais à comunidade de Maringá.

Oferece cursos de informática, aulas de dança de salão e ballet, aulas de capoeira esporte que oferece e proporciona equilíbrio e disciplina. Oferece ainda aulas de voleibol, futebol e incentiva atividades artesanais, proporcionando remuneração ao trabalho doméstico.

Em suas atividades, voluntários estimulam o desenvolvimento humano através de palestras e prevenção de desnutrição, oferecendo cursos de alimentação alternativa. Incentiva, para tanto, o cultivo de hortas comunitárias e escolares.

Nesta luta incansável, AVIDA atende crianças, adolescentes, famílias e terceira idade.

A inclusão é a palavra chave desse trabalho social e que merece o reconhecimento da Assembléia Legislativa, concedendo o título de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 499/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Incentivo à Indústria de Móveis do Estado do Paraná - Pró-Móveis.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo gerir, administrar, criar incentivos, fiscalizar e zelar pela qualidade da indústria de móveis do estado do Paraná.

Art. 3º Para o bom desempenho de suas funções, compete à Secretaria de Estado de Indústria e Comércio incentivar a comercialização, a exportação e o desenvolvimento técnico e econômico das empresas do ramo de móveis, e cabe às demais secretarias de estado e aos órgãos das administrações direta e indireta desenvolver e abrir linhas de crédito no âmbito de sua competência,

fomentar a melhoria da qualidade dos produtos e estimular sua comercialização.

Art. 4º O Poder Executivo desenvolverá acordos com órgãos da união e dos municípios visando ao desenvolvimento do programa.

Art. 5º Cabe ao Poder Executivo a criação da Coordenação do Programa de Incentivo à Indústria de Móveis do Estado do Paraná, que deverá contar com a participação de representantes das secretarias ligadas ao Programa, da Federação das Indústrias, dos sindicatos patronal e dos trabalhadores da indústria de móveis e de outros.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

A proposta pretende beneficiar este importante segmento que é a indústria de móveis que há muito tempo solicita apoio do nosso estado. Com o crescimento deste ramo de atividade, milhares de pessoas serão beneficiadas, pois inúmeros empregos serão criados.

Neste sentido, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 500/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui a proibição de circulação de carretas na travessia do ferry-boat, de Matinhos a Guaratuba, devendo constar no próximo edital de concorrência.

Art. 2º Ficam excluídas da proibição de circulação as carretas e caminhões transportadores de mercadorias que tenham destino final ou origem no município de Guaratuba.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sem distinção de qualquer natureza é meramente reforçativa a proposição que estamos apresentando.

O que nos causa estranheza, entretanto, é o fato de, na atualidade, estarmos nos confrontando com um verdadeiro desgaste, tanto no ferry-boat, como nas principais ruas e avenidas do centro de Guaratuba, bem como no trecho da Rodovia entre Matinhos e Guaratuba que devem ser preferencialmente para transporte turístico.

A grave situação que se encontra também a Rodovia Guaratuba-Garuva, aliada às irregularidades acima identificadas.

Por essa razão é que estamos apresentando este projeto de lei, solicitando ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião determinar aos órgãos competentes para contar no próximo edital de concorrência sobre os ferry-boat na travessia Matinhos - Guaratuba a proibição constante deste projeto.

Esperamos a aprovação de todas as colegas e os colegas desta nossa Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 501/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Governador Leonel Brizola a ponte sobre o Rio Iguaçu, localizada entre os municípios de Realeza e Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Leonel de Moura Brizola recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná, de acordo com o projeto de lei de autoria do ex-Deputado Jorge Nasser, revertido em Lei nº 4507 publicada em Diário Oficial de 13 de dezembro de 1961.

Leonel de Moura Brizola nasceu dia 22 de janeiro de 1922 em Carazinho (RS). Diplomado em técnica rural em 1939 pelo Instituto Agrícola de Viamão de Porto Alegre, iniciou sua vida política em 1945 ao ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Dois anos depois, foi eleito Deputado para a Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul e, em 1954, Deputado Federal. Deixou a Câmara dos Deputados no ano seguinte, quando venceu as eleições para a Prefeitura de Porto Alegre.

Alfabetizado por sua mãe, Onívia de Moura Brizola, começou na escola primária em 1931, em Passo Fundo. Em 1936, matriculou-se no Instituto de Viamão, perto de Porto Alegre, formando-se técnico rural em 1939. Nessa época, trabalhou como graxeiro numa refinaria em Gravataí (RS). Em 1936, Brizola ganha uma passagem da Prefeitura de Carazinho e vai estudar em Porto Alegre, onde trabalha como engraxate, trocador de farmácia e ascensorista. Ingressa no curso de engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul em 1943, mesmo ano em que se filia ao PTB.

Deputado Estadual já em 1947, Brizola conclui o curso só em 1949. Jamais exerceu a profissão. Optou pela política.

Em 1940, mudou-se definitivamente para Porto Alegre e obteve emprego no serviço de parques e jardins da prefeitura. Para continuar seus estudos, matriculou-se

no Colégio Julio de Castilhos para fazer o curso supletivo. Em 1945, começou a cursar engenharia civil na Universidade do Rio Grande do Sul, formou-se em 1949.

Em 1º de março de 1950, Brizola casou-se com a Sra. Neuza Goulart, irmã do então Deputado Estadual João Goulart. O padrinho do casamento foi o próprio Getúlio Vargas que, em 3 de outubro, foi eleito Presidente da República. Em 1952, ele foi nomeado Secretário de Obras do Governador Ernesto Dornelles (PTB).

Em outubro de 1958, foi eleito Governador gaúcho, com mais de 55% dos votos. Empossado em janeiro de 1959, criou a Caixa Econômica Estadual e adquiriu o controle acionário do Banco do Rio Grande do Sul. Criou a Aços Finos Paratini e a Companhia Riograndense de Telecomunicações e pressionou o Governo Federal a instalar uma refinaria no estado. Encampou a Companhia Telefônica Rio-Grandense, uma subsidiária da ITT. No setor de educação, construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais.

Como Governador do Rio Grande do Sul, teve atuação destacada dentro dos movimentos populares que procuraram garantir a posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961. Formou-se nessa época a chamada “Rede da Legalidade”, que mobilizou as emissoras de rádio do Sul do país. Ainda em 1961, foi um dos organizadores da Frente Nacional de Libertação, que tinha o objetivo de reunir as correntes políticas antiimperialistas. Em 1962, tornou-se Deputado Federal pela Guanabara, com a maior votação até então obtida por candidato em toda a história do Congresso brasileiro (269.000 votos). Como Líder da Esquerda Nacional radical, a partir de 1964 participou ativamente de diversas manifestações, discursando inclusive no famoso comício do dia 13 de março na Central do Brasil. Após o movimento militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados e exilou-se no Uruguai, de onde passou a promover articulações contra o regime instaurado. Foi expulso pelo Governo Uruguiaio em 1977 e mudou-se para os Estados Unidos.

Em 1979, começou a idealizar a organização de um novo partido trabalhista. Decretada a anistia, voltou para o Brasil em setembro, já planejando o registro do PTB. Como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tivesse concedido o registro da legenda à Deputada Ivete Vargas, fundou em maio de 1980 o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assumiu o Governo do estado do Rio em março de 1983. Reelegeu-se em 1990 Governador do Estado, tendo como vice Nilo Batista.

A história do Rio Grande do Sul e do menino pobre se misturam no perfil intelectual de Leonel Brizola.

PROJETO DE LEI Nº 502/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os Servidores Cíveis e Militares do Estado do Paraná, ficam autorizados a faltar ao serviço até 4

(quatro) dias por ano, para doação voluntária de sangue, sem prejuízo do salário.

Art. 2º Fica o Poder Executivo, autorizado a regulamentar esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com este projeto de lei, incentivar a doação de sangue nos hemocentros que padecem de falta de doadores, colaborando com os órgãos governamentais que tratam da saúde pública.

Os médicos recomendam ao doador habitual a doação de sangue três a quatro vezes por ano. Ela é benéfica tanto para o doador quanto para o receptor.

Trata-se de um trabalho que deve surtir efeito imediatamente.

É necessário praticar a caridade para com todos, vivendo profundamente a humanidade.

Hoje o povo precisa de doadores disponíveis que tenham tempo para doação especialmente para os pobres e marginalizados, como recomenda o sermão da montanha, nas bem aventuranças: “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos Céus”.

Precisamos de muito mais doadores de sangue que promovam a alegria da família, sem fazer distinção em seus corações.

Que a opção evangélica preferencial pelos pobres não seja mero chavão. A raiz familiar é também garantia de perseverança na doação de sangue.

Assistimos diariamente programas de televisão e pelos jornais, apelos desesperados de todos os hospitais, solicitando a presença de doadores de sangue de todos os tipos para contribuírem com os anseios da população.

Concluimos solicitando a todos os Srs. Deputados a aprovação rápida desta proposição para que surta os efeitos necessários.

PROJETO DE LEI Nº 503/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a alínea “f”, do artigo 6º, da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de Despachantes de Trânsito, perante do Departamento de Trânsito do Estado, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º...

f) *apresentar certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal dos locais em que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos, após trânsito em julgado;*”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.07.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que altera a alínea “F”, do artigo 6º, da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de Despachantes de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado.

O objetivo da proposição é de não penalizar candidato a exercer a atividade de Despachante de Trânsito, antes que tenha ocorrido o julgamento final de algum processo, em seu nome, na Justiça Estadual ou na Justiça Federal.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto de lei em tela.

LEI Nº 12327 - 21/09/1998

Publicado no Diário Oficial nº 5339 de 22/09/1998

Dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

(...)

Art. 6º Para ser credenciado o candidato deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

(...)

f) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal dos locais em que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos;

(...)

Palácio do Governo em Curitiba, em 21.09.98.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

RUBENS ABRAHÃO TANURE

Secretário de Estado da Segurança Pública

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso este espaço do Pequeno Expediente, hoje, para falar mais uma vez sobre a TV Educativa. Eu já tenho me referido sobre a TV Educativa por duas ou três oportunidades e disse dessa tribuna que nós, os Deputados da Oposição, estávamos formatando uma denúncia da TV Educativa, junto ao Ministério das Comunicações. Pois

bem, Srs. Deputados, após uma rápida pesquisa com alguns colaboradores da nossa assessoria, conseguimos levantar diversas programações expedidas pela TV Educativa, todas em DVD, que serão enviados para os Deputados do estado do Paraná que integram a Comissão de Comunicação da Câmara Federal, uma vez que a Assembléia Legislativa não tem competência para fazer pedido de informações junto aos Ministérios que compõem o Governo Federal.

Por essa razão, os Deputados da Oposição, junto com os Deputados do Bloco Independente e mais alguns outros Deputados, subscreveram esse documento que será enviado hoje a Brasília, para os Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Sciarra e Ratinho Júnior. São os 3 Deputados do Estado do Paraná, membros titulares da Comissão de Comunicação da Câmara Federal. Ora, temos uma legislação que regulamenta o uso dos meios de comunicação e principalmente, Sr. Presidente, a TV Educativa. A TV Educativa devia ser usada como uma televisão para a educação, para cultura e para informação e ela está sendo usada pelo Governo do Paraná, como se fosse uma TV comercial e, mais grave ainda, como se aquele programa das terças-feiras fosse um programa eleitoral político. Não como Deputado, mas como cidadão do estado do Paraná, não posso aceitar isso e não podemos assistir calados. Temos que buscar os recursos necessários que possam impedir exatamente o uso indevido da TV Educativa. A TV Educativa, como diz a Portaria nº 651/99, uma portaria interministerial que baixa exatamente as normas que devem ser seguidas pelas Televisões Educativas como uma TV de cultura.

Já disse nesta tribuna que o Governo do Estado devia usar a TV Educativa a exemplo daquilo que o Governo de São Paulo está fazendo com a sua TV Cultura, que é mantida pela Fundação Padre Anchieta, mas aqui no Paraná, não. A TV Educativa está sendo usada com exclusividade do Governador. E, olhe, Sr. Presidente, aqui tem gravações sérias. Tenho certeza, se chegar às mãos do Ministro das Comunicações, ele tomará as medidas cabíveis. Aqui, o Governador do Paraná Roberto Requião, usa a escola de terça-feira para agredir o Paulo Pimentel, que é proprietário da SBT, do Paraná, do jornal O Estado do Paraná, entre outros líderes de comunicação. Aqui, o Governador do Estado do Paraná usa a escola de terça-feira e agride Francisco Cunha Pereira, a RCP, a Gazeta do Povo e tantos órgãos. Aqui, ele usa a TV... concluo, Sr. Presidente, aqui ele usa a TV para mostrar ao estado do Paraná a defesa ao Governo venezuelano, justificando o porquê do fechamento da RCTV! E assim segue adiante!

É um farto documento que estamos enviando, como Deputados. Não que passe pelo Plenário, mas os Deputados da Oposição e o documento foi subscrito por 23 Deputados aqui da Assembléia Legislativa, estamos enviando, num primeiro momento, para os 3 Deputados que integram a Comissão de Comunicação e vamos pedir a eles, inclusive, um questionário que formulamos, com

diversas perguntas, sugestões para os Deputados para que possam perguntar, ter as informações necessárias ao Ministro das Comunicações. E após a resposta do Ministro das Comunicações, para ver quais medidas cabíveis podem ser tomadas, em relação a este caso.

Seria isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Conforme prometido na semana passada, trago aos Srs. Deputados os chamados Indicadores de Saúde do Estado do Paraná. São 14 indicadores e eles refletem a situação econômica, social, ambiental e, naturalmente, de saúde do estado do Paraná. Mas, é preciso dizer, antes de mais nada, indicadores de saúde são parâmetros usados internacionalmente, com o objetivo de avaliar e definir o nível de saúde de uma população, conforme a Organização das Nações Unidas, definido isto lá pelos idos de 1952.

Não é possível utilizar um único índice, porque os vários componentes se interpoem, no caso da saúde, com uma definição de que saúde é o bem-estar físico, mental, psíquico e social de uma pessoa ou mesmo de uma população. Avaliação também não pode se ater a um só índice. Assim, Sr. Presidente, a avaliação é tão mais tendenciosa quando menos se utilizam os índices. Dizem, portanto, que a saúde de um estado está um caos por falta de leitos de UTI - só para citar um exemplo - é tão estúpido quanto afirmar que um país melhorou extraordinariamente porque ganhou, digamos, a Copa do Mundo.

Mas, vamos lá. O 1º indicador é a expectativa de vida do paranaense ao nascer. Em 1950 era de 47 anos. Hoje, é de 72 anos. Até aqui, nada de mais, porque o Brasil, como um todo, evoluiu neste quesito. O número de óbito das mães paranaenses, 2º item, em 1996, era de 152 mães que morriam, por motivos ligados ao parto. Hoje, são 95. Em 10 anos, reduziu praticamente à metade, por motivos ligados ao parto.

O 3º indicador é o percentual de óbitos de menores de 1 ano. Em 1996, esses óbitos eram de 8,2%. Dez anos depois, 3,3%. Praticamente se reduziu 3 vezes. Ou seja, uma queda de mais de 200%.

O 4º indicador de saúde é o coeficiente de mortalidade infantil neonatal e tardia. A neonatal, que ocorre durante os momentos do parto, em 1996 era de 12,42%. Dez anos depois era de 9%. Ou seja, uma queda de quase 50%. A tardia, que é a mortalidade infantil depois do nascimento, em 1996 era de 8,48%. Hoje é de 4,24%. Ou seja, em 10 anos, uma redução de praticamente a metade.

A mortalidade infantil geral, há 10 anos atrás, era de 20,9%, crianças que morriam a cada 1.000 nascidos. Hoje é de 13%. Ou seja, uma redução também extraordinariamente importante.

O 5º indicador de saúde, o óbito em mulheres em idade fértil no Paraná. Em 2003 morreram 3 mil 506 mulheres em idade fértil por motivos relacionados ao parto. Agora, em 2006, 3 mil 485. Também neste quesito houve uma evolução.

O 6º item é o coeficiente de mortalidade por 100 mil habitantes, em várias doenças. Como por exemplo, doenças infecciosas e parasitárias. Em 1990, 27,9% de pessoas morreram a cada 100 mil habitantes. Em 2006, apenas 20%.

Afecções perinatais, quer dizer ligadas ao nascimento. Em 1990 morreram 30%; em 2006, 7%, por cada 100 mil habitantes. Ou seja, uma redução também aqui, de praticamente 400%, que mostra uma extraordinária evolução.

Doenças do aparelho circulatório: em 1990, 200 pessoas em cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2006, 176.

O 7º item, doenças transmissíveis, como: poliomielite, rubéola, sarampo e difteria, nenhum caso dessas doenças depois do ano 2000, no Paraná. Nenhum, zero.

Não existem mais no Paraná, há 7 anos, a paralisia infantil, a rubéola, o sarampo e a difteria.

Para se ter uma idéia de comparação: em 1980 existiram 112 casos de paralisia infantil. Agora nenhum. Em 1980, 21 mil 370 casos de sarampo. A doença que mais mata crianças pelas suas complicações. No ano passado, nenhum. No ano retrasado também não. Em 1980, 328 casos de difteria, agora zero. Em 1984, 1.007 casos de rubéola, agora nenhum.

O tétano neonatal, ou seja, criança que está nascendo e pega o tétano, a infecção pelo bacilo do tétano, em 1983, 51 casos; em 1990, 15 e de 2000 para cá, nenhum.

O 8º indicador, a redução de doenças como a insuficiência cardíaca congestiva. Doenças como AVC - Acidente Vascular Cerebral - o famoso derrame, foram reduzidas por conta de orientações na alimentação, nas reduções de peso, exercícios, controles de exames. Redução do câncer de mama; redução de câncer de útero; redução de acidente em transporte em todas as idades, em grupos populacionais de homens e mulheres; redução de índice de suicídios, entre mulheres e homens também; redução de 98,8%, praticamente 100% dos casos de meningite provocada pelo hemófilo influência; redução de casos novos de hanseníase, naturalmente por campanhas de detecção da doença, polioquimioterapias e outras medidas do gênero; redução da tuberculose - para se ter uma idéia, enquanto nos Estados Unidos a tuberculose aumenta, aqui no Paraná tivemos, em 2002, 29,9 casos por 100 mil habitantes e agora, em 2006, 23 casos a cada 100 mil habitantes. Naturalmente, por incentivos, diagnóstico precoce, tratamentos adequados, etc.

Para não cansá-los, nobres Pares, é preciso terminar dizendo que o Banco Mundial, em uma publicação recente, dá conta que o Paraná está bem se comparado à América Latina e ao Caribe, e melhor ainda se comparado aos demais estados brasileiros. Temos problemas de saúde, como em qualquer lugar do mundo, mas esses indicadores que mostro e trago a público, Sr. Presidente, atestam de forma cabal que há uma extraordinária evolução positiva na saúde do estado do Paraná. Dizer que a saúde do Paraná está um caos é um argumento que não subsiste a um debate sério. Desinformados e levianos, podem insistir nessa tese, mas ela não sobrevive a uma análise sensata e desapaixonada.

Pode-se dizer até que não se gosta do Governador, do Secretário da Saúde, da sua calvície ou do seu sotaque, mas não se pode nunca afirmar, com esses indicadores que trago, que a saúde vai mal. Quem tiver opinião oposta, que suba a esta tribuna e diga o contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero aproveitar, hoje que a imprensa noticia que o Secretário Delazari precisa se afastar, que o Secretário Delazari precisa deixar a Secretaria da Segurança, porque é um membro do Ministério Público. Deputado Dobrandino, V. Exa., que por muitas vezes foi Prefeito de Foz do Iguaçu, muitos ex-Prefeitos que estão neste plenário, vou fazer hoje uma analogia do caso Secretário Delazari e Ministério Público e aquele famoso caso que está lá em Brasília e que quer cassar o nosso mandato, envolvendo um policial e a Prefeitura de Ponta Grossa.

Então, vamos aqui fazer uma comparação entre Ministério Público, caso Delazari e Ministério Público, caso Prefeitura de Ponta Grossa. Vejam que pérola fomos buscar nos documentos, nos acontecimentos e no dia-a-dia dos acontecimentos.

O Secretário Delazari foi designado pelo Governador para ser o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná. A lei proíbe e diz: exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério. Então, o Promotor só pode ter mais uma atribuição, ele pode ser professor, ele pode atuar no magistério. Agora, o Promotor, Sr. Presidente, não pode ser Secretário. Aí o Ministério Público concorda que o Secretário Delazari saia das fileiras do Ministério Público, contrariando a lei, a lei que ele é guardião, ele tem que guardar a lei, ele autoriza o Promotor a virar Secretário, deixa ele lá, e ele vira Secretário. Muito bem, o Ministério Público, senhores, descumpriu a lei, mas

ninguém fala porque é o Ministério Público, todos têm medo do Ministério Público. Aí o Ministério Público constitui: “Delazari é Secretário da Segurança, com as bênçãos do Ministério Público”. Muito bem, lá está o Secretário Delazari.

Passado algum tempo, há manifestações do próprio Poder Judiciário mostrando o erro do Ministério Público ao permitir a presença do Promotor fora da função. E aí o que acontece? O Ministério Público, para tirar o seu da reta, Deputado Romanelli, faz o quê? Manda chamar o Promotor: “Dr. Delazari, volte”. Presidente, é para tirar da reta mesmo, a palavra certa é essa, é para tirar o seu do caminho, para limpar a barra, o Ministério também limpa a barra. Aí o Ministério Público pede, determina a Delazari que volte às fileiras do Ministério Público: “Olha, não pode, volte às fileiras do Ministério Público”. Aí o Delazari: “Não, eu não vou voltar nada, eu sou Secretário, não vou voltar nada.”

Ação na justiça. Aí encontra aqui no Poder Judiciário - o Poder Judiciário sempre presente - Deputado Dobrandino, encontra o amparo do Poder Judiciário através da Desembargadora Dra. Regina Portes, nomeada, por incrível que pareça, coincidência do destino, pelo Governador Roberto Requião. Então, é nomeada, o Delazari continua subjuídice, continua Secretário, vai até o STF, e agora finalmente lá no Supremo, o Supremo diz: “Delazari volta para a casa, volta para a sua casa que é o Ministério Público. Você não pode, porque a lei proíbe, Deputado Dobrandino, exercer, ainda que em disponibilidade qualquer outra função pública”. É proibido.

E o que o Ministério Público deve fazer? Artigo 127, o Ministério Público, Deputado Durval Amaral, V. Exa. que é um grande jurista, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica do regime democrático, dos interesses sociais, individuais e indisponíveis. Mas aí pode, Deputado Dobrandino. Pode? Eu não estou contra o Secretário Delazari, acho até que ele faz o que pode, o meu pronunciamento não é de ataque ao Secretário Delazari, o meu pronunciamento, com coragem, mais uma vez é para dizer que o Ministério Público tem 2 pesos e duas medidas.

Deputada Beti, quando V. Exa. passou pela Prefeitura e quem sabe tenha cometido um pequeno erro administrativo, garanto que V. Exa. vai responder um processo chamado de, como chama isso “Improbidade Administrativa”. E aí o Ministério Público autorizou, pediu para voltar, não voltou. O que vai dar agora? Não vai dar nada! Se o Secretário quiser continuar, abandona a carreira e continua Secretário. Se não quiser o que é que ele faz? Volta para o Ministério Público, chega lá, é aplaudido e acabou!

Mas e aí o crime que foi cometido? Não tem crime! Crime é para os magrinhos, para os Prefeitinhos do interior, os pobres coitados administradores! Aí é crime colocar à disposição alguém. Aí, Srs. Deputados, venho no caso Tadeu, o policial colocado à disposição por esta Casa, pelo Presidente desta Casa, de saudosa

memória, Deputado Anibal Khury, velho Guru. A Casa colocou um policial à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa, legalmente, com documento. Onde está o crime do Prefeito ao receber um policial? Tem crime sim! Improbidade Administrativa! Artigo nº 201: o Prefeito perde o mandato, 5 anos dos direitos políticos, perde um mandato que tem de Deputado, porque entendeu o Ministério Público naquela caso que havia um erro do Prefeito.

Senhores, pararam para pensar no que eu falei? Até hoje ninguém fez essa comparação, porque o Ministério Público está acima da lei ou porque poucos têm coragem de levantar a voz contra o Ministério Público, que aliás, não sou contra o Ministério Público, não, sou contra atitudes perseguidoras e politiqueiras do Ministério Público. E nem que me custe a vida, não vou me calar jamais diante dessa gente! Respeito os de bem, porque toda a instituição, na grande maioria, as pessoas são de bem. Mas não poderia deixar de fazer essa comparação, porque o pobre do Prefeito vai ser condenado, mas o Secretário, que é membro do Ministério Público, vai ser recebido, ao voltar, com aplausos! E o que determina a lei quando alguém comete crime? Não deveria ser exonerado, demitido, quando alguém comete um crime? Não! Vai ser recebido com aplausos! Porque leão não come leão, ele come os bichinhos lá do interior, come vivo, palita os dentes depois de comer!

Queria fazer essa comparação, hoje, para deixar essa comparação nos Anais desta Casa: nada posso, nada resolvo, mas deixo cravado na história deste Poder o meu protesto, a minha fala, para que as pessoas um dia ouçam e lembrem que por aqui passou um Deputado que falou aquilo que deveria falar, que não teve medo, que contou aqui o que deveria contar.

Mas acredito muito no Poder Judiciário e acho que muita coisa boa vai acontecer ainda. Para quem estava perdendo de 4x0, já estou empatado lá em Brasília. Saí daqui sendo chicoteado como um negro era chicoteado no tronco, antigamente. Cheguei em Brasília e lá levantou um Ministro de honra deste país, o da Justiça e disse: “Não podemos cassar o Prefeito porque o Prefeito mandou R\$ 100 mil para a Santa Casa.” Temos que cassar o bandido que rouba o dinheiro da saúde, o ladrão da saúde. O Renan que toma o dinheiro. E os Renan’s aqui do Paraná, porque aqui também tem. Tem muita gente importante que alguém paga as contas, mas ninguém vê. É só o Renan, porque tem interesse. Mas, no Paraná não tem os Renan’s? Pequeninho, tem de monte; lambari tem de monte! São os tubarões! E não é só empreiteira que paga a conta, não! Tem até dinheiro que vem lá de Brasília.

Mas, Sr. Presidente, para encerrar, ainda há justiça. Lá em Brasília, 2 Ministros se levantaram. Fiquei um pouco triste, porque a Ministra do Paraná foi contra. Acho que ela podia até se abster, se fosse o caso, porque ela era do Tribunal de Justiça do Paraná, mas ela preferiu votar contra mim. Fico um pouco triste, porque estive ali no Tribunal de Justiça logo que assumi na Assembléia, e fui um dos que mais me manifestei, colhi de todos os

Deputados assinaturas para mandarmos ao Presidente Lula, com a força deste Poder, indicando a mesma para ser Ministra. E fiz isso com muita satisfação, porque tenho orgulho de ver um paranaense, uma paranaense em um cargo tão importante da nação brasileira. Mesmo que ela tenha votado contra mim, esteja empatado, hoje o paranaense depende do voto de um pernambucano. Como andei pelas bandas do norte do Paraná, conheci um pouco daquele povo lá de cima e sei que eles têm um coração muito bom e haverá de ter justiça nesse caso. Tenho certeza que isso vai acontecer.

Como esse caso da Santa Casa, que fui condenado porque levei um cheque. Deputado Caíto, levei um cheque. V. Exa. quanto cheque deve ter levado pelo interior; Deputado Waldyr Pugliesi, quem não levou um cheque e não entregou? Está aqui um cheque do Governo! Todo mundo faz isso! Vi até o Desembargador aqui do Paraná, que me condenou, entregar um cheque, Sr. Presidente.

Quero deixar registrado aqui nesta Casa, o Desembargador que me condenou aqui em Curitiba, certa vez na “escolinha” do Requião entregou, Deputado Marcelo Rangel, também um cheque! Diante das câmaras da TV Educativa! Aliás, não era cheque, era um vale-cheque para o arquiteto que venceu o concurso para fazer o Centro Penitenciário do Ahú.

Srs., este é o Paraná, contudo, acredito na justiça. Não sei se vai dar alguma coisa, mas pelo menos fica na história deste Parlamento que tenho a honra de estar aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Tenho acompanhado com atenção as questões que envolvem a educação. Este é um assunto que me interessa de perto, pois acredito piamente que a solução para a maioria dos problemas que hoje vivemos no país, como insegurança, desemprego, saúde, só para citar alguns, passa pela melhoria na educação.

Tem me assustado a possibilidade de, em breve, ocorrer o que se resolveu chamar de ‘Apagão na Educação’, sobretudo no ensino médio. Segundo dados do Conselho Nacional da Educação, existe no país um déficit de 246 mil professores nesta área. Faltam principalmente professores de Química, Física e Matemática.

A falta de professores vem fazendo com que aqueles que permanecem cumpram jornadas além do aceitável, em uma, duas ou três escolas; pedagogos são remanejados para serviços burocráticos. E, na maioria das vezes, o professor não tem tempo e recurso para fazer sequer uma pós-graduação.

Esta situação, segundo alguns especialistas, é decorrente da necessidade de o Poder Público reduzir pessoal, principalmente depois da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita as despesas com pessoal.

Se a situação no ensino médio é preocupante, também temos que admitir que a municipalização do ensino fundamental, ainda que parcialmente, não vem resolvendo o problema. Temos 66 milhões de brasileiros sem ensino fundamental. Temos que discutir por que está havendo esta evasão? Onde estamos errando?

Em recente entrevista à imprensa, a professora Lisete Arelaro, da Faculdade de Educação da USP, faz uma advertência, que deve merecer a reflexão de todos. Hoje existem empresas formando professores. Empresas seguem a lógica do lucro. Existem cursos de apenas 2 anos para se formar um professor. É de se questionar: será que em apenas 2 anos forma-se professores de qualidade, conhecendo todas as nuances que um educador deve conhecer? O estado precisa assumir o papel de formadores de educadores, ao fiscalizar com rigor estas empresas que estão formando professores. Nestas “fábricas de professores”, eles aprendem apenas em apostilas. Como diz a professora Lisete: “Os professores vêm perdendo a condição principal do exercício docente, que é autonomia intelectual para poder escolher, entre as alternativas, aquela que seja melhor para o aluno”.

A questão de o professor ter que dar aula em 2 ou 3 estabelecimentos, não ter tempo para preparar uma aula e, ainda, se ocupar com tarefas burocráticas da docência, tem uma conseqüência ainda mais problemática: o professor não tem tempo de conhecer o aluno, se envolver com a sua família, participar das festas ou das reuniões escolares. Este distanciamento compromete também a qualidade do ensino. O professor não sabe com quem está falando, para quem está dando aula, não se envolve em questões mais profundas. Hoje temos um exército de alunos com baixa auto-estima, o que, evidentemente, compromete o aprendizado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Não dá mais para avaliar a educação por números e estatísticas. Não se pode acreditar que quantidade é sinônimo de avanço. Precisamos levar educação a todos os brasileiros, mas com qualidade. Não é o professor fazer de conta que ensina e o aluno fazer de conta que aprende.

De nada adianta os provões de avaliação, se não usar estes resultados, para fazer um planejamento de melhoria na educação. Sou otimista. Acredito em nosso país, mas tenho convicção que se não houver um aperfeiçoamento na nossa política educacional, avanços que poderíamos conquistar em 10 anos, vamos levar 100 anos. Investir na educação é acelerar o desenvolvimento econômico e social do nosso querido Brasil.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PDT, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Muitas vezes imaginamos que sabemos tudo, mas tudo nós não sabemos, sempre tem alguém que sabe mais do que nós. Tem gente que pensa que é o professor de Deus, é problema de céu.

Mas, eu gostaria, e vou pedir socorro aos meus companheiros e companheiras aqui da Assembléia, um cidadão pediu para que eu perguntasse aqui - nem vou fazer um pedido de informações, porque pedido de informações aqui não funciona, nós fizemos um pedido de informações sobre os televisores e até agora, absolutamente nada - eu queria pedir então socorro, primeiro. Posso citar alguns nomes e eles vão me ajudar: ao Deputado Durval Amaral, que deve estar na Casa, mas neste instante não está no plenário; ao Deputado Caíto Quintana, Deputado Caíto, pedir socorro à sua larga experiência: suponhamos que o Antônio é Secretário de Estado, foi nomeado Secretário de Estado, e na Secretaria do Antônio, vai acontecer um concurso público. O que esse cidadão quer saber, e eu também gostaria de saber, e não pude responder, é se esse Secretário pode fazer o concurso da Secretaria a qual ele comanda, é possível? É legal? Deputado Caíto, é legal? Deputado Rossoni, é legal? Pode ser, mas, é moral? É ético? E aí os senhores e as senhoras devem estar perguntando: mas por que ele está fazendo este questionamento? Ele deve ter uma razão e no tempo certo, no tempo devido, virá à tona e poderá ser uma vergonha nacional.

Sr. Presidente, tenho aqui anotações que chegam ao meu gabinete, aqui, na Assembléia, e se eu for, Sr. Presidente, ler tudo o que está aqui, vai parecer uma tribuna policial: está no ar, senhoras e senhores, a Tribuna Policial! É uma vergonha, é uma loucura! Isto é o que chega, chegou de ontem para hoje no gabinete. Eu creio que nos gabinetes dos Deputados também. Por exemplo, aqui: “Ontem, às 18h30 fui assaltada quando chegava em casa, colocaram o revólver na minha cabeça, entraram na minha casa, levaram muitas coisas e um carro: Fui dar parte na delegacia e os policiais não deram muita atenção, um fica empurrando para lá, outro para cá, parece que não está acontecendo nada e que estamos vivendo no primeiro mundo.”

Outro: - “Deputado Luiz Carlos Martins, o Centro Politécnico é um inferno. Nós, os pais, estamos preocupados.”

O João: “Deputado Luiz Carlos Martins, estou pedindo, pelo amor de Deus, para que as autoridades mandem policiais, porque os ladrões e traficantes tomaram conta do bairro Moradas Timbú e Eugênia Maria, em Campina Grande do Sul.”

Mariselma Stochuk, pede policiamento ostensivo no Jardim Gramado, proximidade do CAIC do Jardim Gramado, Almirante Tamandaré. Tem uma gang de

encapuzados que assaltam só as mulheres quando descem dos ônibus, de dia, de noite, uma loucura!

Agora, esta aqui é demais, para quem tem filhos é arrepiante, Srs. Deputados: a Rosana ligou para o gabinete, ela tem uma filha com 15 anos e esta filha está envolvida em drogas. Ela fica pela Praça Tiradentes e R. 13 de Maio. No último domingo, depois de 15 dias, ela conseguiu encontrá-la num mocó da R. 13 de Maio, junto com outras pessoas, todas envolvidas. Quis tirá-la de lá, só que os marmanjos disseram-lhe que não era bom levá-la embora, porque ela não quer saber da família. A Rosana está pedindo ajuda para arrumar um local para interná-la: “Esta filha está perdida! Me ajude!” E assim por diante.

“Deputado Luiz Carlos Martins, por favor, fale para alguém colocar mais segurança na R. João Negrão, perto do Guadalupe. Ali é muito perigoso”. E assim vai!

Será que eu continuo ou paro por aqui? Uma loucura!

Recebi um e-mail de uma mãe, ela pede para eu não dar o nome dela, contando do filho a respeito do CEFET. Que judiação! Ali perto da Westphalen, sabem: “Não gostaria de dizer meu nome, mas sou mais uma que quando os filhos e o marido saem, pede que Nossa Senhora Aparecida os acompanhe. Nesta segunda-feira, meu filho adolescente estava chegando ao CEFET, entre 12h30 e 13h, quando na porta, em meio a tantas pessoas, um indivíduo alto, loiro, entroncado, lhe deu um empurrão e disse para ele ficar quieto e acompanhá-lo, pois atrás dele tinha alguém com uma arma apontando para ele, pronto para atirar caso ele corresse ou gritasse - e na verdade tinha mesmo, Deputado - meu filho teve que andar com esses bandidos, dando a volta no CEFET pela Westphalen, depois desceu a Silva Jardim, mais ou menos 5 quadras ouvindo todo tipo de ameaça, deboche e asneiras, enquanto reviravam sua mala, sendo que passaram por 2 guardas municipais e 1 policial militar e ninguém percebeu que ele estava sendo levado, com 1 dos assaltantes andando um pouco atrás com a arma encostada em suas costas. Podia ter sido pior. Levaram seu celular que ganhou de presente de aniversário há menos de 1 mês e levaram R\$ 13 - tiveram ainda a bondade de lhe dar R\$ 2 para o ônibus. Gostaria que o nosso ilustre Secretário de Insegurança” - não sou eu que estou dizendo - “o ilustre Secretário de “Insegurança” levantasse de sua cadeira, que deve ser muito confortável pois não quer deixá-la de jeito nenhum e colocasse mais policiais, muito mais policiais preparados nas ruas para inibir a atitude desses marginais.

Obrigado por esse espaço, pois sei que milhares de pessoas vão acabar sabendo desse desabafo.”

E assim por diante. E o que fazer? Quem tem filhos, nos mesmos corremos riscos e parece que não está acontecendo nada, parece que está tudo às mil maravilhas e nós sabemos que não está tudo às mil maravilhas! O que estará acontecendo? Será que nós vamos ter que sair daqui, Deputado Cheida, e o senhor é de uma cidade que

está passando por momentos difíceis, saímos daqui, Deputado Elio Rusch, saímos daqui e vamos até a Praça Tiradentes, que é logo ali, ver o que está acontecendo? Sabem o que me chama mais a atenção? É que ali na Praça Tiradentes, é o centro, a Riachuelo, a 13 de Maio, os traficantes estão ali e nós vamos encontrar as viaturas de polícia ali! Nós, Deputado Miltinho Pupio, vamos encontrar as viaturas de polícia ali! Então, o que é que estas viaturas estão fazendo na Praça Tiradentes, neste momento? Só Deus mesmo para nos ajudar e Deus precisa de cada um de nós, neste momento, para ser a voz desse povo que não pode falar, que não pode gritar, nós temos que fazer este papel.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do Bloco PSB/PL/PRB/PV, com a palavra Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de entrar no motivo da minha ocupação da tribuna, eu queria só registrar o que eu penso dos pronunciamentos do Deputado Luiz Carlos Martins e do Deputado Teruo Kato. Embora pareça que se está falando de assuntos diferentes, o que se percebe é que existe uma relação muito íntima entre educação, violência, tráfico de drogas, muito, muito íntima!

Deveríamos um dia, nesta Plenária, sugestão minha, Sr. Presidente, travar um grande debate sobre a questão da educação no nosso estado, mas um grande debate. Ontem eu conversava com alguns professores que me diziam da desesperança que sentem em dar aulas. Muitos professores que deixam a sala de aula, Deputada Beti, querem trabalhar em qualquer outra secretaria que os deixem longe das escolas e da tensão com que eles administram as suas aulas. Isso não tem a ver com salário, a colocação deles tem a ver com o dia-a-dia do trabalho em si, de como enfocar, da questão da desagregação familiar, essa coisa toda que vivemos.

Então, um dia teríamos que travar um grande debate sobre a educação. Eu não vejo outro caminho de enfrentamento de problemas como a violência, que não seja a educação integral aliada a um grande projeto de planejamento familiar. Não vejo outro caminho.

O que me trouxe aqui, hoje, não foi essa questão. O que me trouxe é que na Ordem do Dia de hoje, o item 1 traz para 2ª discussão o projeto de lei de nossa autoria de nº 097/07 que dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do estado do Paraná. Esse projeto de lei foi aprovado pela CCJ, pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, teve um substitutivo do Deputado Cheida, que fez com que o projeto melhorasse muito, e depois, na hora da aprovação aqui no Plenário, recebeu

uma emenda e que no meu parecer esvazia o projeto. Permitam que eu leia só o 1º artigo: *Os loteamentos a serem licenciados pelo Poder Público devem obrigatoriamente ser projetados de forma que os cursos hídricos e nascentes existentes na área de loteamento tenham em seu contorno uma área mínima de preservação permanente.* A emenda de plenário troca a palavra obrigatoriamente pela palavra preferencialmente. E aí não entendo mais do porquê da lei.

O que queríamos com este projeto? Hoje sabemos que as cidades, aos serem loteadas, a tendência é deixar para trás do loteamento as microbacias. Você organiza o loteamento deixando isso nas costas do loteamento. E o que acontece com esses córregos, Deputada Luciana Rafagnin? Eles são transformados em esgotos, em valetas, são ligados clandestinamente os dejetos, na verdade, se transforma em uma esteira de lixo. Isso que vemos em todos os lugares, em todos os municípios do Paraná. Quando descemos a Brigadeiro Franco, antes de chegar na BR-116, temos ali no Parolin uma grande área de ocupação que está às bordas de um rio. Uma parte é o Guabirrotuba, outra parte é o Belém. Mas está todo ocupado desordenadamente. Pois bem, se na hora de se fazer aqueles loteamentos se tivesse levado em consideração o córrego, se tivesse loteado de uma forma diferente, talvez aquelas áreas não tivessem sofrido as ocupações irregulares que ocorreram.

O que queremos com o nosso projeto? Queremos que os loteamentos sejam colocados de frente para as microbacias e que as microbacias sejam transformadas em corredores de biodiversidade. Então, teríamos o córrego, depois do córrego as pistas de rodagem, ou os rios, e aí os loteamentos. Claro que isso tem uma legislação, isso tem que estar de acordo com o Código Florestal, tem que estar de acordo com os planos diretores das cidades, mas na hora que o dono do loteamento for pedir uma licença ambiental no IAP, será observado isso. E isso fará toda a diferença no nosso entender.

Então, por que estou usando deste momento? Para pedir a atenção dos senhores.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Apenas para dizer e também chamar a atenção dos nobres Deputados, que esse seu projeto avança extraordinariamente sobre o que existe hoje. A Assembleia Legislativa do Paraná, ao aprová-lo, de acordo com a emenda proposta, dá um passo muito grande, porque garante que uma medida que o Código Florestal tangencia, toca, sugere, mas não obriga que ela seja, de fato, efetivada. Hoje, estamos vivendo um período de uma seca extraordinária, que já tivemos no ano retrasado, que já ceifou do Paraná 2 rios importantes do interior do Paraná, sem contar o Tapajós lá na Amazônia, onde vimos imagens estarrecedoras.

O que V. Exa. quer é manter a integridade da bacia, condição fundamental para que a água exista, o microclima seja preservado. Por isso, acho que o seu

projeto é muito meritório e a Assembleia Legislativa do Paraná dá um importante exemplo para o Brasil, caso venha aprovar, na forma do substitutivo proposto, não naturalmente, permitindo que a expressão preferencialmente sobreviva no projeto, de acordo com a emenda, mais sim, obrigatoriamente, como se posiciona V. Exa. neste momento.

Por isso, receba os meus cumprimentos e, sem dúvida nenhuma, estamos legislando para o bem do Paraná, caso essa emenda passe dessa forma no seu projeto de lei.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Plauto Miró (Democratas) (Aparte)

Quero aqui colocar a minha linha e a minha visão. Os loteamentos acontecem no estado do Paraná, loteamentos classe A, classe B, classe C e classe D, Deputado Cheida.

Geralmente, o pessoal de poder aquisitivo menor, primeiro compra-se o seu terreninho para depois tentar viabilizar uma linha de financiamento, em especial, na Caixa Econômica Federal.

Hoje, na aprovação dos loteamentos, a reserva legal é estipulada dentro do terreno e os lotes ficam de fundos para a reserva legal. O projeto da Deputada Rosane vai fazer com que a rua seja feita sendo que de um lado fique a reserva legal e do outro lado o loteamento. A verdade é uma: um projeto interessante, só que o custo dos lotes vão aumentar, a partir da hora de uma rua tem que ter pavimento, tem que ter luz, tem que ter água, e desta forma um lado só da rua que foi aberta, pavimentada e asfaltada terá os lotes de frente para ela, porque o outro lado será a reserva legal. E como é hoje, a reserva legal fica de fundo para os lotes e a frente dos lotes ficam para a rua.

A verdade é uma: teremos um custo aumentado dos lotes, aonde naturalmente será repassado para que o comprador desse terreno possa adquirir o seu lote para construir a sua casa.

Então, é isso que eu quero alertar: exatamente que o terreno, a partir da hora que essa lei for aprovada, terá um aumento de custo e quem vai pagar é aquele que vai adquirir o terreno.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Qual é o custo da preservação da vida, Deputado Plauto Miró?

O SR. DR. BATISTA (PMN) (Pela Ordem)

Justificar a minha ausência, que estou participando do Congresso Internacional de Endoscopia, do qual está participando o grande professor de Curitiba, Julio Coelho, Osvaldo Malafaia e o maior endoscopista da história deste país, da história do mundo, entre os 3 melhores endoscopistas: Paulo Sakay, que com certeza estará vindo de Maringá, estará presente nesta Assembleia, logo mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje vou falar de acordo com a minha emoção, pretendo não levantar o tom da minha voz, em respeito a algumas pessoas e algumas famílias, mas com a minha coragem me levanto, subo à tribuna e com muito respeito ao Deputado Cheida, pessoa que admiro muito, pessoa extremamente coerente, equilibrado, mas, Deputado Cheida, vou ter que discordar do senhor, infelizmente. Vou falar, sim, do contra. Infelizmente a saúde do estado do Paraná não vai bem, não, sobretudo, na região de Ponta Grossa, na região dos campos gerais.

Por isso, gostaria muito, Deputado Cheida, que V. Exa. estivesse junto comigo, junto com os demais Deputados da Comissão de Saúde, na quinta-feira, em Ponta Grossa. Estaremos realizando um Audiência Pública para falar sobre o problema das UTIs, da falta de leitos e de todos os demais problemas da saúde na região dos campos gerais.

Só para o senhor ter uma idéia, o senhor é de Londrina e eu já tomei conhecimento que em Londrina também as pessoas estão reclamando de falta de UTIs, problemas de saúde, e lá em Londrina, a cidade conta com 139 leitos, mais ou menos, se não me falha a memória. Em Ponta Grossa, temos 38, ou seja, em Londrina, 100 UTIs a mais.

Ontem, Deputado Cheida e demais Deputados aqui da Assembléia Legislativa, escutei todo tipo de bobagens e tive que agüentar. Eu não tinha a possibilidade de contra-argumentar. Na história da Assembléia Legislativa, nunca um voto de pesar foi rejeitado! Nunca! Pois ontem aconteceu! Por incrível que possa parecer, 5 votos de pesar foram rejeitados pela Assembléia Legislativa e eu escutei o Líder do Governo se pronunciar, dizendo que as pessoas que eu citei, e eu volto a reiterar, falo novamente que as pessoas ...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Na seqüência, Deputado.

As 5 pessoas que eu citei, faleceram. Faleceram e é importante deixar registrado, à espera de leitos em UTI em Ponta Grossa. Na semana passada, eu enviei 4 votos de pesar, também. Todos eles, cidadãos ponta-grossenses que padeceram, morreram, infelizmente por falta de UTI, à espera de um leito de UTI.

Normalmente, os Parlamentares acabam enviando votos de pesar a Prefeitos, a autoridades, notórias perso-

nalidades, mas ontem eu enviei 5 votos de pesar para 5 pessoas simples, humildes, que infelizmente, padeceram. O Líder do Governo falou com todas as letras que não acreditava que aquelas pessoas existiam, pois, infelizmente, Deputado Romanelli, aquelas pessoas não existem, não existem mais. Elas faleceram e eu tenho aqui em minhas mãos, cópia da Certidão de Óbito da Daiana Maria Gabriel dos Santos; do José Pedro Silveira Godói Gomes, morador do Parque Nossa Senhora das Graças, em Ponta Grossa; do Sr. Sadi Ramos de Oliveira, morador da R. Pitanga, 622; do Alessandro Roque de Jesus, morador da R. Cruzeiro, nº 22, Jardim Boa Vista; e do Eduardo Cinzen, morador da R. Lions Clube, nº 635. E mais, eu tenho a declaração das famílias. Claro, com letras humildes. Está aqui: Jaqueline Dolzinski: “Por falta de UTI, meu filho faleceu”. Patrícia Aparecida de Jesus - estou lendo exatamente como a mãe escreveu: “Ele foi no hospital Santa Casa, não foi atendido. Por falta de UTI, meu filho faleceu”. “Meu marido esperou por 24 horas para ir para uma UTI, não agüentou e veio a falecer.”

Desabafo de uma mãe: “Uma jovem de 14 anos que era portadora de Síndrome de Down e com Tetralogia de Fallot, precisava de cuidados especiais porque estava com pneumonia dupla. Fui ao posto de saúde do Jardim Esplanada, fui bem atendida pelo Dr. Castanheira e a equipe também. Chamaram com urgência uma ambulância para realizar os exames no PSM. A ambulância não veio. Sabe por quê não veio? Porque não tem ambulância. Foi ligado para a Prefeitura, para a Ouvidoria e ligado para o Dr. Geraldo, e não apareceu ninguém. O quadro de saúde foi agravando e desesperada chamei o meu genro que estava no trabalho que veio às pressas. Levamos a minha filha para o PSM, foram realizados os exames e ainda ficamos aguardando até a tarde. Não tinha leito comum, não tinha cama e muito menos tratamento. Ficamos aguardando vaga no Vicentino. Eu estava desesperada, vendo a minha filha morrendo aos poucos e ninguém fazia nada. Somente às 9h00 da noite apareceu uma ambulância e o motorista da ambulância falou: “só tem uma ambulância para toda a região dos campos gerais”. Levaram ao Hospital Vicentino, chegando lá, enquanto providenciava o internamento, um tal médico examinou e disse que ela precisava de UTI urgentemente. Medicaram e - palavras da mãe - “Não sei por que não colocaram na UTI.” Veja a simplicidade, humildade de uma pessoa. Na manhã do dia seguinte, Deputado Cheida, às 11h00, a filhinha dela veio a falecer. Depois de tanta humilhação, ela foi e não volta mais. “Mas não quero que outras mães passem o que eu passei, por negligência dessa vergonha que é a saúde em Ponta Grossa. Por isso não vou me calar, será que eles não têm família e que um dia não vão precisar e passar por isso? Que ponham a mão na consciência e respeitem, porque era um ser humano, muito querida para nós. Assina Flavina Gabriel dos Santos - R. Dr. Lacerda, nº 44. Nome da minha filha que faleceu dia 20, Daiana Maria Gabriel.”

Pois bem!

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Me permite um aparte?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Na seqüência, Deputado Jocelito, eu até entendo o seu posicionamento, Deputado, porque tenho certeza absoluta que o senhor não acreditou mesmo que essas 5 pessoas faleceram por falta de UTI, porque ontem o senhor levantou a voz, o senhor falou assim: “Não acredito que essas pessoas faleceram à espera de UTI”. O Deputado Romanelli falou assim: “Não, essas pessoas nem existem”. Ora! Eu trouxe aqui a Certidão de Óbito desses 5 cidadãos ponta-grossenses.

Dr. Cheida, gostaria muito de lhe dar o aparte, mas está terminando o meu horário. Gostaria muito que o senhor participasse da Audiência Pública e que o senhor falasse o que o senhor está sentindo a respeito da saúde pública no estado do Paraná para os ponta-grossenses que ficaram esperando os 38 leitos de UTI, que o Secretário prometeu, foi ele, não fui eu. Ele falou que em 60 dias estaria implantando os 38 leitos. Ele não cumpriu. E fiquei sabendo que por enquanto parou tudo. Nenhum leito, e ele prometeu 38. Uma pessoa vive de credibilidade. Se um homem não tiver credibilidade, ele se torna inútil. Isso é credibilidade, isso é verdade. Está aqui a Certidão de Óbito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PP, concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente desejar ao nobre colega Alexandre Curi, que se casa no sábado, muitas felicidades, uma união muito abençoada por Deus, jovem Parlamentar Alexandre Curi.

Lembrando, Sr. Presidente, que em 1970, ao ser eleito Deputado Estadual, o falecido Nacib Jabur, muito conhecido nas rodas políticas do Paraná, mandou um bilhetinho ao grande Líder político do Paraná, Anibal Khury, dizendo: “Anibal, estão indo para aí 2 molecões, como Deputados Estaduais, Antonio Belinati e Álvaro Dias. Um destes 2 moleques ainda vai ser Governador do Paraná”. Foi um bilhete que Nacib Jabur mandou para Anibal Khury.

E até aproveitando a intuição do Nacib Jabur, dizer, jovem Alexandre Curi, que nossa intuição indica que o nobre colega também tem tudo para estar no topo da política do Paraná, pela sua coerência, pelo respeito e acima de tudo pelo atendimento que tem dado às bases que o apoiaram, fazendo de Alexandre Curi o Deputado mais votado na última eleição. Seja muito feliz na sua carreira política e em seu casamento com a Paula.

O 2º item, Sr. Presidente, é para dar os parabéns ao Paraná, porque o IBGE divulgou que nossa indústria paranaense, nos últimos 5 meses deste ano, teve um crescimento fantástico de 8,1%, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, que cresceu 8,6% e Minas Gerais em 3º lugar, com 7,2%.

Fico feliz como Parlamentar, como paranaense, porque à medida que a indústria paranaense está produzindo e foi a segunda que mais cresceu no nosso Brasil, nos 5 primeiros meses deste ano, comparado com o mesmo período do ano passado, isto é mais riqueza e mais dinheiro circulando no Paraná e mais emprego, porque a grande preocupação de todos nós é com a criação de postos de trabalho. Que Deus continue iluminando os empresários, que eles continuem acreditando no Brasil e no nosso Paraná, implantando, semeando indústrias, promovendo a criação de postos de trabalho, que é tão fundamental.

Portanto, Sr. Presidente, é uma notícia altamente importante, saber deste grande avanço, deste grande crescimento, a nossa indústria do Paraná, a segunda que mais cresceu em todo o Brasil, nos 5 primeiros meses deste ano.

E o 3º ponto, o nobre Deputado Marcelo Rangel, com sua inteligência, com sua juventude, abordou o problema da saúde. Coincidentemente, nós protocolamos, no início da Sessão de hoje, um requerimento, que se aprovado por esta Casa será enviado ao Governador Roberto Requião, pedindo, reivindicando mais um hospital para a cidade de Londrina, especificamente para a região oeste da minha cidade, da cidade que o nobre Deputado Cheida representa nesta Casa, a região oeste é formada por mais de 30 bairros e tem uma população superior a 150 mil habitantes. E não tem um hospital. É a única região de Londrina desprovida desse importante atendimento para a população, que é a falta de um hospital na zona oeste de Londrina, que agrega dentre outros bairros que citamos, o Jardim Leonor, Jardim Santiago, Jardim Santa Rita, Jardim Maria Lúcia e tantos.

Então, queremos apelar e agora estou feliz porque estou vendo que os cofres do Governo do Paraná vão ficar cheios de dinheiro, porque o Governo Federal vai devolver mais de 130 milhões de multa que cobrou do Governo do Paraná pela inadimplência no caso da venda do BANESTADO. Esse dinheiro, então, chega em boa hora e nós, como representantes de Londrina, queremos fazer esse apelo ao Governador Requião, ao Secretário da Saúde, ao Sr. Secretário da Fazenda, para que voltem as suas atenções, os seus corações para a nossa cidade de Londrina, implantando esse hospital. Porque vejam bem, Srs. Deputados, a região oeste de Londrina tem mais de 150 mil moradores e é, portanto, uma região maior do que a grande maioria dos municípios do Paraná - poucos municípios do Paraná têm uma população de 150 mil habitantes e faz mais de 20 anos que a zona oeste de Londrina está aguardando, com grande expectativa, a construção desse hospital.

Com muita honra, concedo um aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para parabenizá-lo e dizer que concordo com a explanação de V. Exa.

Estatisticamente, se formos considerar a densidade populacional da nossa região oeste de Londrina, ela é muito superior a mais de 70% dos municípios do Paraná. É uma reivindicação realmente antiga, um anseio popular, e parabenizo V. Exa. por tocar e levantar essa questão aqui, solicitando ao Governador que envie esforços para a construção do hospital da zona oeste de Londrina.

Meus parabéns!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

E parabéns ao nobre Deputado Cheida, porque nós sabemos de seu grande amor em contribuir para melhorar a saúde não só de Londrina, mas do Paraná.

Parabéns Deputado!

Concedo um outro aparte ao nobre Deputado e colega de partido, Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Nobre Deputado Antonio Belinati, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e externar aqui o meu apoio como Deputado e também o apoio da Comissão de Saúde desta Casa a essa justa reivindicação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

E V. Exa. também teve uma votação em Londrina.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Sem dúvida alguma! E muito me orgulho dos 300 votos que obtive em Londrina. Sou grato ao povo de Londrina, mas o senhor, como grande Líder do município, um Deputado extremamente bem votado em Londrina e quiçá futuro Prefeito de Londrina, sem dúvida alguma é a pessoa adequada para encabeçar esse movimento e conte com nosso apoio, porque realmente Londrina necessita desse hospital.

Parabéns, Deputado Belinati!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fico feliz com o nobre Deputado Ney Leprevost, que quando Secretário do Esporte deu todo apoio à Londrina. Ele tem um grande fã clube na cidade e nos dá esse apoio, não apenas como Parlamentar, mas acima de tudo como Presidente da Comissão de Saúde. Com o apoio de Ney Leprevost, com essa união com o Cheida, com o apoio desta Assembléia Legislativa, já passou da hora de uma região tão importante e tão próspera como a região oeste de Londrina ficar desprovida de um hospital.

Então, o nosso apelo ao Sr. Governador e a todas as autoridades estaduais: vamos dar essa atenção, porque Londrina precisa desse hospital para garantir a vida e a saúde do nosso povo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso o horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores no dia de hoje para fazer um registro que espero possa render frutos positivos para o estado do Paraná, que é o término dessa verdadeira novela do BANESTADO, que ocasionou a cobrança de multas todos os meses e que fez com que o Governo do Estado e o Governo Federal, em determinados momentos, inclusive tivessem algum tencionamento e que agora - pelo menos é a informação que temos no dia de hoje - poderemos finalmente ter as multas suspensas. Ainda, obviamente, dependendo de uma confirmação formal do próprio Ministro Guido Mantega e também do Ministro Paulo Bernardo, mas esse é um caminho que se - e eu coloco "se" como condicionante, porque não sabemos, Deputado Stephanes, se de fato vai acontecer - mas se ocorrer, acho que é uma vitória do estado do Paraná, e principalmente uma vitória da unidade política do Paraná, é uma vitória de todos os Deputados Estaduais, Federais, dos Senadores, do Governador do Estado, dos Deputados desta Assembléia Legislativa que foram a Brasília questionar junto aos Ministros para que tivéssemos uma solução negociada desta dívida.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que podemos, no dia de hoje, ao término desta semana, teremos em definitivo a afirmação, espero que seja a afirmação de que não iremos mais ter que recolher 10 milhões todos os meses aos cofres da união por conta desta dívida oriunda da compra daqueles títulos, considerados títulos podres, e que fizeram parte da carteira do BANESTADO.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer. E a pedido do Deputado Pugliesi, apenas registrar que estamos lançando hoje a Cartilha do Orçamento do ano de 2007, feita aqui nesta Casa e que está à disposição de todos os interessados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do PSDB. Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realmente, peço a devida atenção dos Srs. Parlamentares, de forma especial da imprensa, para o

pronunciamento que vou fazer nesta tarde. No dia 22 de maio a Bancada da Oposição encaminhou um pedido de informação à Casa Civil, para procurar saber um pouco dos gastos realizados pelo Governo do Paraná com o cartão corporativo. Lamentavelmente, perdemos a votação aqui, Deputado Rossoni, a Oposição acabou sendo sepultada nas suas pretensões, na oportunidade, porque a maioria dos governistas, o que é democrático, entendemos, acabou derrubando a nossa solicitação. Mas não nos contivemos e de forma alguma aceitamos, até porque as informações que pretendíamos ter eram de fundamental importância para o Paraná e para esta Casa.

Encaminhamos um expediente à Casa Civil, expediente este subscrito pelos Srs. Deputados, Líderes das Oposições nesta Casa. Em função desse expediente, recebemos a resposta do Chefe da Casa Civil, que também não satisfaz aos Srs. Deputados da Oposição, porque não informou nada, pelo contrário, acabou na verdade colocando uma cortina de fumaça em cima daquilo que pretendíamos ter como informação. Não satisfeito com isso, Deputado Rossoni, Deputado Elio Rusch, nobre Líder do Governo, gostaria que V. Exa. me ouvisse, não satisfeito com isso, preocupados que estávamos, e nós, Deputados da Oposição estamos, com esse trem da alegria que o Governo proporciona, principalmente na Casa Civil e na Governadoria, porque nos limitamos apenas a isso, fizemos uma busca rápida em outras Secretarias e percebemos que realmente é um primor o que encontramos quando fomos navegar na internet, no site “Gestão do Dinheiro Público”.

Srs. Deputados, é de causar espanto, é de causar, realmente, horror, é de ficar estupefato, Deputado Luiz Carlos Martins. V. Exa. está sobressalto neste momento, com certeza, porque vai ficar estarrecido diante das informações que vou trazer aqui aos Srs. Parlamentares. Procuramos navegar nesse site para conhecer um pouco daquela transparência que o Governo tanto prega no Paraná, da transparência defendida em todos os 4 cantos deste estado. E não é verdade.

Srs. Deputados, Sr. Líder do Governo que neste momento dá entrevista lá na sala da imprensa. Em apenas um dia, Deputado Valdir Rossoni, quero crer até que esse dia foi escolhido para cobrirem as despesas, quem sabe, do reveillon da Casa Civil, da Governadoria, porque é humanamente impossível compreender que em apenas 1 dia o Governo saca no cartão corporativo, R\$ 300 mil para custear despesas. Despesas essas cobertas por uma cortina de fumaça.

Deputado Plauto, vejo aqui um saque de R\$ 120 mil, e as informações que temos nesse site do Governo, é que é para custear despesas de alimentação numa pousada. Ora, quero crer que o Governo tenha levado sua equipe inteira para comemorar o reveillon, porque com certeza o reveillon eles pagaram no dia 31 ou no dia 30 de dezembro. Foram comemorar o reveillon numa pousada do Paraná, que não dizem aonde, não explicam aonde gastaram esses recursos. Apenas se limitam a dizer:

recursos pagos para alimentação em pousada. E, Deputado Valdir Rossoni, numa prática comum neste Governo, procurando exatamente burlar a legislação, o Governo faz saques simultâneos de R\$ 8 mil, porque não há necessidade de fazer nenhum tipo de licitação, porque até este limite se dispensa o processo licitatório ou carta convite que possa realmente necessitar. Diversos saques são efetuados, no valor de R\$ 8 mil, constantemente. Qualquer cidadão do Governo não precisa prestar conta. Pega o cartão, vai lá e saca R\$ 8 mil e não diz aonde vai gastar o dinheiro. Ora, que Governo transparente é este? Que transparência é esta?

Deputado Valdir Rossoni, Deputado Luiz Carlos, nobre Deputado Malucelli que chega nesta Casa e deve estar estarrecido por estas informações, em apenas 1 mês o Governo gasta R\$ 500 mil na Casa Civil e na Governadoria com saque do cartão corporativo. Que trem da alegria! Que felicidade total! Deputado Luiz Carlos Martins, até fico feliz porque esse saque aconteceu no dia do meu aniversário! Não me convidaram para a festa! Trezentos mil reais no dia 03 de janeiro.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni, depois o Deputado Plauto e o Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Traiano, numa determinada oportunidade, o Governador, na “escolinha”, fez uma homenagem à Oposição, dizendo que nós éramos analfetos digitais. Depois daquela oportunidade, me preocupei e também comecei a me aprofundar, até aprender. E V. Exa. observe também e peça aos Srs. Deputados que acessem o site do Governo, lá tem por órgão e por pagamentos. Coloquem por pagamentos e coloquem: ONGs. Vejam se tem algum pagamento para alguma ONG do Governo. Não pagaram nada! Aí, tem uma outra secretaria, que se você acessar o site e for ver as despesas do Governo, só pagou aluguel até hoje: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho. Nesta página, tudo o que você quer se aprofundar, não consegue!

Eu disse desta tribuna o que V. Exa. está dizendo. Por exemplo, a questão do cartão corporativo. teria que ter lá e, depois, você poderia acessar o restante das informações, mas quando você quer acessar no que foram gastos esses recursos não têm as informações.

Cumprimento V. Exa. e também me somo ao seu pronunciamento. Convido os Parlamentares para navegarem no site da página do Governo e, certamente, teremos lá mais um semestre pródigo a partir de agosto.

Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Rossoni, pelo aparte. V. Exa. enriquece o nosso pronunciamento, pela experiência que tem. Tenho a convicção de que V. Exa. também navegou nesse site. É lógico que vamos, no 2º semestre, nos aprofundar sobre o assunto, porque ele é muito interessante.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto, Líder dos Democratas.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Escuto com atenção o seu pronunciamento e me preocupo, porque V. Exa. traz que está lá no site, aquele que o Governo tanto anuncia como um instrumento da moralidade, da prestação de contas e da transparência do Governo do Estado do Paraná. O senhor me diz que no dia 3 de janeiro, 2 dias depois do reveillon, do dia 1º do ano, das festas de final de ano, são pagos R\$ 120 mil em uma pousada. Onde, com certeza, os R\$ 120 mil as pessoas que utilizaram o cartão corporativo pago pelo povo do Paraná tiveram um belo de um reveillon, porque se pagou no dia 3 de janeiro, foi utilizado para pagar as contas do bom final de ano, que essas pessoas que utilizaram esse cartão tiveram com champanhe francesa e com outras coisas mais, que fazem do final do ano aquela grande festa que todos nós conhecemos.

Deputado Ademar Traiano, quero lhe falar que precisamos pedir as notas, de exatamente onde foi gasto esse recurso. Queremos as notas fiscais, porque para ter utilizado R\$ 120 mil, em uma só vez, com cartão de crédito, com cartão corporativo, as notas foram encaminhadas ao Governo do Estado do Paraná, para que a prestação de contas daonde foi esse dinheiro pudesse ser feita. Vou sugerir para que se possa pedir as notas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto V. Exa. e ao Líder da Oposição, se usará o horário da Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu cedo o horário da Oposição ao Deputado Traiano.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Deputado Traiano, parabéns! Assim deve ser a Oposição. Não pode se calar, porque estamos sendo cobrados, muitas vezes pelo silêncio. Mas um silêncio que permanece nestas paredes, aqui. O nosso coração está inquieto.

Será que esta pousada tem cavalinhos, avestruz, champanhe francês, aquele que é tomado em Paris, vinho, adega? Que pousada é esta? É uma das pousadas mais caras do Brasil, creio que do mundo!

Eu gostaria de ver neste site. Vamos procurar nele também, Deputado Elio Rusch, quanto a TV Educativa - falamos em TV Educativa. mas não é só ela, tem mais duas rádios, que viraram um cabide de emprego. É uma vergonha! Lá tem uma maquininha de fazer dinheiro! Precisamos procurar saber quanto é que eles estão gastando para manter a TV Educativa contra a Oposição na Assembléia, porque Oposição é antidemocrática, Oposi-

ção é uma coisa do passado. Pelo contrário, a Oposição é importante, a Oposição é necessária nestes momentos.

Então, parabéns! Não é só isso que V. Exa. tem aí, não. E esse cartão, como é esse cartão mágico? Há uma curiosidade para saber como é esse cartão. Tem limite? Não tem limite? Que cor tem o cartão? Saca em dinheiro? Com que cartão eu vou? Com que cartão eu vou sair hoje? Bom, estou de roupa azul, hoje vou levar o cartão azul. Ou, estou de roupa branca, vou levar o cartão branco. Enfim, como que é? É uma curiosidade muito grande e o povo quer saber, é importante esse tipo de questionamento e são vários questionamentos que precisavam ser respondidos.

Não vou tomar o tempo de V. Exa., porque sei que V. Exa. tem outros números e outros dados mais importantes no seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. também contribui muito com o meu pronunciamento. Tenho certeza que é exatamente esse o papel da Oposição, estabelecer um contraponto, vir aqui e levantar os questionamentos que interessam, verdadeiramente, ao Paraná, como um todo, porque não se traz à luz da verdade as informações que todos nós queremos saber. Todas as informações que as Oposições tentam buscar são soterradas pelo Governo, elas acabam ficando à margem daquilo que, na verdade, a Oposição não consegue enxergar.

Gostaria de fazer aqui, Deputado Rossoni, um outro questionamento, porque eu naveguei, eu não sou um expert, não sou um internauta daqueles que, realmente, sabe tudo, mas tenho um pouquinho de bagagem. Não é só o custo da TV Educativa, eu procurei me inteirar e procurei saber por quê o Governo não informa os gastos que eles têm com as ONGs do Paraná, que nós sabemos que são realmente gastos estratosféricos, e não tem nenhum tipo de informação no site do Governo, que tanto prega essa transparência! E eu coloco aqui, Deputado Mohamad, com o devido respeito a V. Exa., homem de cabelos brancos, experiente, 4 mandatos de Prefeito, chega aqui nesta Casa com 45 mil votos, referendado pela sua região como exemplo de homem público, e todos nós temos que nos orgulhar de V. Exa., eu lhe questiono: V. Exa. vai ao Governo, leva um Prefeito pedindo migalhas ao Governador e às vezes é mal recebido.

Em contrapartida, o Governo gasta R\$ 500 mil em despesa no mês e não explica à população do Paraná onde esse dinheiro foi; qualquer cidadão do Governo tem um cartão corporativo, como diz o Deputado Luiz Carlos Martins, é branco? É amarelo? É vermelho? E vai lá e saca R\$ 8 mil e não tem necessidade de prestar contas. Não há nenhum detalhamento no site do Governo dizendo onde esse dinheiro foi gasto, Srs. Deputados, apenas diz: para a despesa de pessoal. Para a despesa de manutenção e alimentação. Para o pagamento de pou-

sada. Cento e vinte mil reais para o pagamento de uma pousada, Srs. Deputados!

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Qual é o nome dessa pousada, Deputado?

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não sei, essa pousada não tem nome, deve ser uma extensão do Palácio Iguaçu, com certeza. Cento e vinte mil reais em uma pousada! Olha, eu quero crer que todas as Secretarias de Estado e os seus apadrinhados devem ter ficado nessa pousada para gastarem R\$ 120 mil um dia.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Nobre Deputado Traiano, é um assunto muito importante que V. Exa. traz, nesta tarde, a este plenário. Neste final de semana aconteceu a Festa Nacional do Carneiro no Buraco, em Campo Mourão, e o Governador Requião esteve por lá, muito rapidamente, até porque ele não gosta de carneiro, segundo ele, mas ele foi lá. Ele estava dando entrevista, uma entrevista a uma rádio local, onde na entrevista, logo, ele perguntou para a comunidade o que preferia, o que a comunidade queria: investir dinheiro na imprensa - e falou todo o tipo de nome para a imprensa - ou investir o dinheiro no leite das crianças? Daí, uma das pessoas, naturalmente vai responder que é o leite das crianças. Agora é hora de perguntar novamente para a mesma pessoa se investe no leite das crianças ou se investe nos cartões corporativos? Pelo jeito não tem limite! O senhor fala em meio milhão de reais!

É importante lembrar também que o Banco Social, aquele projeto que vem do Governo anterior, anterior aos outros 4 anos deste, anterior ainda, que esta paralisado. O Banco Social, que é para emprestar dinheiro para as pessoas que querem trabalhar, que querem oferecer condições de rendimento e renda à sua família e inclusive gerar emprego, daí não tem dinheiro para atender a comunidade. O Banco Social está paralisado, mas os cartões estão *a la volonté*, como diz no francês. Nós poderíamos implantar os cartões corporativos no lugar do Banco Social -, não é isto? Facilitaria às pessoas.

Então, vai a sugestão ao nobre Parlamentar que está fazendo um belíssimo pronunciamento.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Douglas.

Eu gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados agora, até porque o Deputado Douglas me abre um possibilidade de fazer aqui uma consideração brilhante.

Eu assisti pela TV Educativa uma daquelas “escolinhas” do Governador quando ele agredia a imprensa, quando ele fazia aquelas contas estratosféricas, astronômicas, multiplicando, corrigindo pela taxa SELIC que é do Governo, com certeza, de quanto ganhou este ou aquele jornal. E aí, Deputado Rossoni, aquele Deputado

que nós conhecemos que foi Secretário da Comunicação, que foi o ordenador das despesas, e eu não tenho nenhuma preocupação de dizer aqui, o Deputado Rafael Greca, como se fosse filhote do Governador, fazia a continha na hora para ele dizer: “Dá para fazer tantas casas com esse dinheiro”. Ele que ordenou a despesa: “Dá para fazer tantas penitenciárias.”

E agora eu pergunto, Deputado Douglas: quantos milhões de litros de leite nós poderíamos comprar com R\$ 500 mil gastos por este Governo imoral e irresponsável, como cartão corporativo? É esta conta que temos que fazer para até contrapor aquilo que o Governador fazia lá na “escolinha” e o seu aluno nº 1 que tanto lhe agrediu e foi agredido, fazia a conta no lápis, deveria ter, realmente, se escondido! Ele não poderia jamais! Qualquer um outro Parlamentar desta Casa poderia estar lá, menos o atual Secretário da Habitação do Paraná poderia estar.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado.

(Assentimento)

Parabéns pelo seu pronunciamento espetacular. Com relação ao ex-Deputado Rafael Greca, já foi convidado, estará na Assembléia Legislativa, inclusive, para falar um pouco sobre a sua gestão como Secretário da Comunicação Social na época do Jaime Lerner.

Agora, o senhor falou muito bem sobre o problema da pousada. Gastaram fortunas na pousada, que me parece, o nome da pousada é Pousada Puebla ...

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

É da Carta de Puebla? Tem que ser!

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

(Aparte)

É. Pousada Puebla. E na Secretaria da Comunicação Social é a mesma coisa. Cartões corporativos, eles anunciaram 2 milhões neste ano, mas a Secretaria da Comunicação Social tem uma despesa maior que os 2 milhões em funcionários. Então, para que serve essa Secretaria? Para que serve esta pasta? Está tudo errado!

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Liderança do Governo: Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Ocupo a Liderança do Governo até o retorno do Deputado Romanelli para, rapidamente, tecer algumas considerações sobre dois assuntos aqui levantados.

Início na questão levantada pelo Deputado Traiano, até como uma questão de explicação sobre cartão corporativo, Deputado Traiano.

Houve um tempo em que os servidores do Paraná - e não entenda cartão corporativo como servidores do Palácio Iguaçu - o cartão corporativo foi adotado no estado do Paraná aos funcionários de todas as secretarias em todos os núcleos, quando viajam, para o pagamento de diária. O que acontecia antigamente? Antigamente o servidor saía de viagem, recebia uma importância a título de diária e quando retornava precisava prestar contas dessas diárias que recebeu. Nós tivemos, no Paraná, muitas vezes, funcionários que foram demitidos porque num posto de gasolina pediam uma nota maior do que o valor do combustível. Outros tantos tinham uma diária que não batia com a questão da sua alimentação e para evitar tudo isso foi feito um estudo: que lucro a imagem do Poder Público teria na manutenção do sistema de entregar o dinheiro, e deste dinheiro ser prestado contas depois, o que ocasionava, muitas e muitas vezes, processo disciplinar contra funcionários que, viajando, acabavam ou apresentando contas equivocadamente ou porque usou um táxi e o táxi não tinha nota ele aumenta numa outra coisa para se compensar.

O que é o cartão corporativo? Se o funcionário do DER vai viajar para fora da sua locação, o funcionário da Secretaria dos Transportes, da Secretaria da Educação, da Secretaria do Trabalho, seja qual for, há um cartão corporativo do Banco do Brasil. Se ele vai sair 4 dias, este cartão é carregado com o valor das 4 diárias, portanto não existe, sob hipótese alguma, este pensamento que o funcionário possa chegar com o cartão corporativo e extrair com ele R\$ 10 mil, R\$ 5 mil ou R\$ 3 mil! A pessoa recebe o valor da diária na estrita regularidade daquilo que é diária: diária é deslocamento de funcionário. Ele ganha "X" para ir a determinado lugar e ele vai receber esse dinheiro, portanto ele tem um cartão corporativo para pagar.

Quando falam pousada, o que eu quero na sequência conferir com o Deputado Traiano, porque lamentavelmente não estive aqui desde o início do pronunciamento, pousada talvez não seja uma pousada, seja no sentido de diária, do verbo pousar, porque eu não acredito que cartão corporativo do Governo tenha pago uma pousada de R\$ 160 mil, como V. Exa. colocou.

Inclusive o cartão corporativo já foi adotado em Governos anteriores e acho que é uma regularidade do serviço público, é carregar um cartão que quando você volta ele é desmagnetizado, igual cartão porta de hotel, ele não vai ser utilizado, ele não fica com saldo, ele é só creditado pelo valor da diária.

A segunda colocação que eu queria fazer, antes de lher dar aparte, Deputado Traiano, é para o Deputado Rangel, Deputado que eu tenho uma enorme satisfação de com ele estar aqui na Assembleia Legislativa, Deputado combativo, 1º mandato, mas com uma projeção futura que eu posso imaginar pelo seu trabalho, pela sua

capacidade de expressão. Veja, Deputado Nelson Justus, no Regimento Interno que nós devemos aprovar na Assembleia, que já está em processo de discussão interna na Comissão para depois ser repassado aos Deputados para podermos votar, o voto de pesar não deve sequer ser votado pela Plenária, o voto de pesar é encaminhado à Mesa e a Mesa encaminha à família enlutada, diretamente. Não tem lógica imaginar que alguém vá votar contra um voto de pesar, contra o falecimento de uma pessoa, seja quem for a pessoa e o motivo que for! O que não podemos colocar num voto de pesar é o indicativo que seja por causa disso ou por causa daquilo! Este não é o voto de pesar da Assembleia, a razão daquela morte é para ser investigada pela Secretaria da Segurança, pelo Ministério Público, pelos órgãos competentes. A Assembleia apenas vai transmitir o voto de pesar pelo falecimento. E acho que isso deve ser uma relação direta do Parlamentar com a Mesa, independente de votação de Plenário, para que todo aquele que quiser registrar um voto de pesar, ele será registrado sem fazer como ontem e como hoje. Estabelecermos no Plenário uma discussão sobre um voto de pesar não engrandece um Parlamento. Ninguém é contra um voto de pesar. Apenas não somos a parte para investigar as suas razões.

Deputado Traiano, lhe concedo o tempo que eu tenho.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. é brilhante na defesa do Governo e tenho que admitir. Não posso compreender e até porque vou, aqui, quem sabe tentar usar um pouco do português e vou dar uma pensada no verbo pousar. Eu pouso, tu pousas, ele pousa, nós pousamos. Quem sabe o verbo pousar tenha sido usado exatamente para isso, porque R\$ 120 mil, Deputado Caíto, convenhamos que não há como justificar custo de R\$ 120 mil em pousada. Não há nenhum detalhamento! Essas informações foram extraídas e impressas do site do Governo. Não há nenhum detalhamento que diga onde foi gasto. Até reconheço que possa saques de R\$ 8 mil para sustentação de diárias. É compreensível nós termos R\$ 8 mil para pagamento de algumas diárias na semana, agora R\$ 120 mil como outra despesa oriunda, R\$ 80 mil. Mas uma de 120 mil, não há como justificar, porque não há o detalhamento, não informam onde isso aconteceu!

Acho que isso deixa muita margem de dúvida. V. Exa. pode fazer, aqui, a sustentação do Governo, entendo, reconheço, mas não posso conceber que isso seja verdadeiro. Espero que venham à luz da verdade essas informações para que possamos dirimir essas dúvidas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Deputado Traiano, não sou Líder do Governo, não posso garantir como bancada, mas vou buscar essas informações, sim, para poder expor, aqui. Tenho certeza absoluta que o cartão cooperativo, não foi esta a razão da sua instituição. Foi exatamente para que nele fosse pago

o valor da diária de cada funcionário. Talvez isso seja a conta de um mês de todos os funcionários que tenham usado e tenha sido, aqui, colocado no global, mas não vou trabalhar em hipótese, vou buscar as informações e vou informar V. Exa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a Mesa, Indicação nº 204/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o recape da rodovia PR-424, Salto do Itararé e Siqueira Campos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 205/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da rodovia PR-436, Ibaiti e Ribeirão do Pinhal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 206/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da rodovia PR-151, Carlópolis e Salto do Itararé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 207/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da Rodovia PR-151, Salto do Itararé e Santana do Itararé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 208/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da rodovia PR-092, Wenceslau Braz e Jaguariaíva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 209/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da PR-515, Barra do Jacaré e Jacarezinho. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 210/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da rodovia PR-442, Sangés e São José da Boa Vista. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 211/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a implantação de sinalização eletrônica para pedestres na rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no cruzamento com a Av. Camilo di Lellis, no município de Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 212/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a pavimentação asfáltica na Estrada Ecológica em Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 213/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a implantação de sinalização eletrônica (semáforos), na Estrada da Graçiosa, no cruzamento com a Av. Jacob Macanhã, no município de Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 214/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a liberação de recursos ao município de Curitiba para a realização das Obras de revitalização da Av. Toaldo Túlio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 215/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário Especial de Relações com a Comunidade, uma atenção especial e a inclusão do município de Juranda no Programa Paraná em Ação. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 216/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Coordenador da Unidade de Gestão Financeira, Sr. Nivaldo Rizzi (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), recursos para a Universidade Estadual do Centro-Oeste, para a instalação de um Laboratório de Línguas no Campus da Universidade em Irati-LABORALI. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 217/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a instalação de válvulas de segurança nas mangueiras dos botijões de gás das cantinas e cozinhas de todas as escolas públicas do estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 219/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado apoio para a conclusão da quadra de esporte no Colégio Estadual Vital Brasil - Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 220/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, apoio para implantação do Projeto de Barracões Industriais no município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Luiz Malucelli para substituir o Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ademir Traiano, na qualidade de Líder do PSDB e Valdir Rossoni, na qualidade de Presidente Estadual do PSDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Luiz Malucelli em substituição ao Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro nas Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pércles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2042, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoioimento dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Teruo Kato, Alexandre Curi e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 11 de julho de 2007, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 263/07 - Mensagem nº 014/07. **Recebido; Protocole-se; Decorrido o prazo regimental de 24h, incluir para deliberação em Plenário; À Diretoria de Assistência do Plenário, para providências.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA**

CEMA. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 097/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente emenda modificativa apresentada em Plenário pelo Deputado Plauto Miró visa alterar a redação do artigo 2º do presente projeto.

Fundamentação

O objetivo da emenda modificativa ora em análise, consiste em alterar o disposto no artigo 2º do presente projeto, o qual determina a obrigatoriedade da aplicação da forma especificada no Código Florestal, Lei nº 4771/65, quanto ao modo pelo qual devem ser projetados os loteamentos a serem licenciados pelo Poder Público. Nesta condição, a emenda modificativa pretende alterar o dispositivo de cunho obrigatório para que o mesmo passe a conter a expressão “preferencialmente”, ou seja, a forma especificada no Código Florestal passará a ser preferencialmente adotada.

Desta forma, vejamos o disposto na Lei nº 4771/65:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

(...)

Parágrafo Único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observa-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (grifos nossos)

Art. 14. Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização das florestas, o Poder Público Federal ou Estadual poderá:

a) prescrever outras normas que atendam às peculiaridades locais; (grifos nossos)

Logo, verifica-se a possibilidade da aplicação de outras normas no que tange a matéria disciplinada no projeto em questão, conforme previsão da própria lei federal. Desta forma, não há óbice quanto a alteração proposta na emenda.

Conclusão

Diante o exposto e pela legalidade aferida da emenda modificativa apresentada, opina-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoioimento:

Duílio Genari, Douglas Fabrício, Carlos Simões, Nereu Moura e Professor Luizão.

Em votação o projeto, ressalva a emenda.
Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Ressalvada a emenda.

Há além da emenda um substitutivo da CEMA.

Em votação o substitutivo da CEMA.

Para encaminhar, o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Apenas para ressaltar o mérito desse projeto. Dizer que a emenda, na verdade é uma emenda de minha autoria, não é da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Mas, a emenda visa fazer com que o projeto se adeque mais ainda à legislação federal, que é o objetivo da Deputada Rosane Ferreira.

Pedi aos Deputados que votem favoravelmente a este substitutivo, porque ele avança, e que o o projeto em si já é um projeto de extraordinária envergadura.

A Assembléia Legislativa do Paraná, nesse sentido, acredito que inove e que é uma tentativa boa, insere na lei uma preocupação de extraordinária grandeza, não só da preservação, mas também dos serviços públicos de uma cidade. Quem já foi Prefeito aqui, ou Vereador, sabe as agruras de se manter um fundo de vale limpo, adequado, não habitado por população muitas vezes que depredam aquele local. A Deputada Rosane Ferreira trabalha com esses valores.

Peço a todos os Deputados que apoiem o substitutivo, que acredito que ele é meritório.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o substitutivo.

Para encaminhar o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Só quero alterar aqui o que vai acontecer depois desse projeto de lei estar aprovado. Vou repetir, já tentei colocar aqui, quando a Deputada Rosane lá estava explicando o seu projeto.

A partir de agora, com esse projeto de lei, aonde há mata ciliar, ou a reserva legal será feita uma rua, que do lado da rua será a reserva e do outro lado serão os lotes. Essa rua vai receber asfalto, luz e água. Tem um custo. Como é hoje? Existe a mata ciliar, a reserva legal e os lotes ficam de costas para essa mata ciliar, onde a rua é aberta, sendo que de um lado fica a frente desses lotes e do outro lado, lotes, também. Nessa rua pavimentada que tem um custo, um lado dela só vai poder ser aproveitado com lote, vai haver um aumento de custo dos lotes no estado do Paraná.

Só quero deixar claro, o Deputado Cheida colocou a posição dele. Respeito o projeto da Deputada Rosane,

mas eu, pessoalmente, vou votar contra, porque não concordo, é um custo a mais para o paranaense a partir da hora que esse projeto entre em vigor no estado do Paraná.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Não sou uma autoridade no assunto de meio ambiente, mas sou um profundo observador do semblante, do comportamento, do posicionamento dos demais Parlamentares. Observei bastante o encaminhamento do Deputado Cheida que é, indiscutivelmente, uma grande autoridade no assunto. Consultei a Deputada Rosane, resguardado o fato de ela ser a proponente desta lei, desta proposta de lei.

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e gostaria que prestassem atenção, estamos falando duas coisas diferentes da encaminhada pelo Deputado Plauto. Não estamos levando em consideração ou citando área de preservação florestal, mas sim, estamos falando de recursos hídricos, estamos falando de mananciais, sem considerar, reforçando a observação muito sábia do Deputado Cheida, das dificuldades que se tem de disciplinar a população, principalmente a população mais carente de se preservar córregos, rios, sem o hábito de se jogar pneus, restos de móveis, restos de fogões que causam, conseqüentemente, enchentes e todos aqueles transtornos que todos nós conhecemos.

Então, estamos falando não de florestas, não estamos falando de mata, dos 30% que devem ser preservados na área rural. Estamos falando de área urbana, Sr. Deputados. Estamos falando de uma forma inteligente, penso eu, até barata, para se preservar esses córregos, esses rios, essas nascentes, esses mananciais, e ao contrário do que se pensa que se deverá gastar mais, penso que a médio prazo, esses mesmos lotes tornar-se-ão mais valorizados por esta maneira, geograficamente falando e também ecologicamente falando, mais corretos.

Ora, vivemos numa discussão freqüente de se adotar novas regras na área de construção civil. Fala-se na descarga sanitária mais inteligente para se conservar a água, o reaproveitamento da água. Tudo isso tem sido discutido pelos engenheiros do mundo inteiro, preocupando-se com o meio ambiente.

Então penso, Srs. e Sras Deputadas, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná estará saindo à frente, à vanguarda, dando um exemplo de como sempre o Paraná o fez, para que esta lei venha a ser referência para todo o país e porque não dizer, para outras partes do mundo. Falamos de duas coisas distintas. Penso que não se encarecerá a construção, muito pelo contrário, o benefício será muito maior, porque se valorizarão esses mesmos terrenos, essas mesmas áreas, por estarem ecologicamente corretos, ecologicamente mais bem planejados.

Então, solicito aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, que votem pela aprovação desta emenda de autoria

do Deputado Cheida, inicialmente da Deputada Rosane.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o substitutivo.

Os Deputados favoráveis ao substitutivo, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que aqueles que porventura não estavam atentos ao projeto, é o item 1 da pauta, já foi aprovado o projeto e há um substitutivo da Comissão de Meio Ambiente. Além do substitutivo há uma emenda de plenário. Nós estamos votando agora o substitutivo. Foi pedida verificação de votação, por essa razão os Deputados que forem favoráveis ao substitutivo queiram levantar-se, da Comissão de Meio Ambiente.

Vinte e sete Srs. Deputados favoráveis.

Está aprovado o substitutivo!

Vamos votar a emenda de plenário. Emenda ao substitutivo.

Quero explicar aos Srs. Deputados que aprovamos o substitutivo, mas há uma emenda de plenário ao artigo 2º do substitutivo.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Presidente, que a emenda como está estabelecida é uma emenda ao projeto, emenda modificativa de plenário ao projeto de lei. Ela não é uma emenda ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É que quando foi apresentada a emenda já existia o substitutivo. Por essa razão temos que votar a emenda. Como já existia o substitutivo, foi apresentada uma emenda.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Tendo em vista que essa emenda, no nosso entendimento, faria com que o projeto perdesse a força dele, consulto a V. Exa. se poderia encaminhar essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente! Para encaminhar a emenda, Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Para Encaminhar**)

Srs. Deputados, essa emenda, no nosso entendimento, que substitui apenas a palavra “obrigatoriamente” por “preferencialmente”, faz com que a intenção do pro-

jeto caia por terra. É como se a lei de nada servisse, para nada valesse. Ouvi inúmeras vezes muitos dos Srs. Deputados, dos quais destacarei apenas a fala de um Deputado que admiro bastante, Deputado Luiz Carlos Martins, numa certa ocasião ele ocupou a tribuna e fez com muita propriedade, com muita sabedoria, a relação do discurso de dezenas de proposições, inclusive de autoria de V. Exa., Luiz Carlos Martins, em que o senhor foi muito enfático em dizer que eram leis que não estavam sendo exercidas, aplicadas. E o senhor, na sua explanação, afirmou das tantas outras leis, Deputado Traiano, que eram literalmente inócuas, não funcionavam ou funcionavam algumas, até por certas expressões da língua portuguesa que torna a lei obsoleta, não funciona.

Então, este Parlamentar, Srs. Deputados, entende que se substituirmos a expressão “obrigatoriamente” por “preferencialmente”, melhor é que esta lei não exista. Será mais uma lei apenas para inglês ver, como se diz popularmente. Então, encaminho contrário a esta emenda do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães e ressalvo que estamos falando de coisas totalmente diferentes das coisas defendidas pelo Deputado Plauto, no nosso entendimento. Estamos falando de áreas urbana, não estamos falando de matas, de florestas, dos 30% que devem ser observados, pela lei. Nada disso. Estamos falando de áreas urbanas.

É este o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero dizer que este tema não é um tema que está afeito à minha condição de Líder do Governo. Falo como Deputado Estadual, mas falo com a condição de ter obtido o título de especialista em gestão técnica no meio urbano, pela nossa Pontifícia Universidade Católica, e também na condição de ter sido Secretário Especial de Política Habitacional e Presidente da Companhia de Habitação do Estado.

Primeiro, quero dizer o seguinte: seu projeto tem uma boa intenção, em relação à questão de melhorar no quadro urbano o desenvolvimento dos loteamentos. Agora, reconhecidamente, as normas de direito urbanístico, em nosso país, tem como destinatários os municípios. É competência municipal. O município, ao aprovar um loteamento, vai observar a legislação, especialmente a Lei nº 6766, que regulamenta os regulamentos e as medidas provisórias que alteraram muito da própria lei, e claro, as normas de direito urbanístico, que estão impostas na nossa legislação. Efetivamente, é o município que vai ter que observar, com base na legislação federal, que tem competência.

Infelizmente e reconhecidamente, não temos competência concorrente. O estado não tem competência con-

corrente para legislar sobre esta matéria. E eu quero dizer, efetivamente, o seguinte: não é possível, através de uma lei, fazer com que possamos, em função da diversidade de situações que temos na malha urbana e no quadro urbano, querer regulamentar um tema como este. Penso que muito provavelmente a lei, se pudesse ser validada, se superada questão da constitucionalidade da lei, restaria um problema gravíssimo de aplicação prática, do ponto de vista da realidade em relação ao quadro urbano, às microbacias de cada um dos municípios aos novos conceitos, inclusive a questão da gestão das águas. Ou seja, em função da bacia hidrológica, ou seja, você tem que ter uma visão mais ampla, inclusive.

Estes temas, Deputada Rosane, penso que V. Exa. deve ter estudado, tem uma assessoria capacitada, tem discutido este tema, mas, reconhecidamente, penso que manter - eu votei na emenda substitutiva apresentada pelo Deputado Cheida - para não perder o projeto, como um todo, penso que é importante.

Agora, acho que a emenda feita pelo Deputado Plauto, que muda o advérbio, mas efetivamente a mudança do advérbio, nós efetivamente fazemos uma mudança que é importante, para que esta lei, se superada a questão da constitucionalidade, possa ser observada minimamente, porque não há como impor obrigatoriamente ao município este dispositivo.

Por isso, quero dizer que vou votar pela emenda no sentido de salvar o projeto do ponto de vista objetivo, mas é claro que nos méritos interessantes, mas reconhecidamente é um tema que merece a nossa discussão.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Na verdade, não quero repetir a argumentação que usei quando fiz uso da tribuna no Horário das Lideranças, mas quero registrar que hoje os loteamentos, para terem a aprovação, precisam da liberação do IAP. O IAP trabalha sob a legislação estadual. Então, esse argumento esvazia e no meu entendimento se contrapõe ao argumento do Deputado Romanelli.

Então, é uma prerrogativa do estado, sim, legislar sobre a questão da urbanização, dos loteamentos e fazer com que as coisas se viabilizem nos municípios. E também entendo o argumento e agradeço muito o encaminhamento dado pelo Pastor Edson. No entendimento, quando você troca o advérbio “obrigatoriamente” pelo “preferencialmente”, realmente acho que o projeto deixa de ter uma razão de existir. Nós votamos no substitutivo do Deputado Cheida, esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, foi avaliado na sua constitucionalidade e eu deixaria depois para o Governo Estadual, para o Executivo sancioná-lo ou vetá-lo para daí retornarmos à discussão. Ainda continuo solicitando que nós, como já aprovamos um substitutivo geral, mantenhamos a palavra “obrigatoriamente”.

Muito obrigada!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, gostaria de levantar 2 aspectos: 1º deles ainda é para que façamos sobreviver o projeto com o substitutivo de forma determinante. A organização das Nações Unidas acabou de declarar que o mundo, que já tem 6,6 bilhões de habitantes, pela primeira vez já tem metade na cidade e metade no campo. E essa primeira vez não será a última, porque a quantidade de pessoas que vêm ocupando as cidades é crescente, de modo que se supõe que dos 9 bilhões de habitantes que teremos no ano de 2050, mais de 90% estará dentro das cidades. Legislar sobre isso é fundamental: ou fazemos isso agora ou vamos nos arrepender amargamente.

Vou citar o exemplo de Londrina: Londrina tem fundos de vale que o Prestes Maia, antigo Prefeito de São Paulo, foi lá um dia e desenhou os fundos de vale de Londrina. Pois bem, praticamente todos os loteamentos estão de frente para a rua do fundo de vale, que é o que a Deputada Rosane pretende. Isso é uma coisa extraordinária para a qualidade de vida! Agora, é claro que pode existir loteadores que não queiram isso para economizar uma rua, que na contribuição de melhoria isso se tira com tranquilidade - não há encarecimento, embora haja um pouco mais de recursos para o cidadão que vai adquirir o lote, mas isso é uma coisa mínima, porque é uma rua apenas.

Digo e gostaria de falar sobre a questão dos termos “preferencial” e obrigatório”. O Deputado Romanelli fez aqui a sua defesa, que eu achei muito própria, mas gostaria de me contrapor e lembrar do SISNAMA, que é o Sistema Nacional de Meio Ambiente, ele deixa claro que quando o município não tem a estrutura para legislar sobre a questão ambiental, é o estado quem faz isso e a mesma coisa existe do estado para com união.

Então, nesse sentido, não há nenhuma ilegalidade que possa ser interpretada aqui, do que sugere o substitutivo e o projeto. Não há! E é possível, no meu entendimento, termos um ou termo: “preferencialmente” ou “obrigatoriamente”. Volto a dizer que gostaria de ver esta lei aprovada. A Assembléia Legislativa dará um passo importantíssimo no sentido da modernidade, prevendo o futuro, e ele é quase certo neste sentido da densidade populacional mantendo o termo “obrigatoriamente” e não o substitutivo por “preferencialmente”; porque isso, no meu entendimento, não serve nem ao projeto e nem a economia dos adquirentes de lotes, muito pelo contrário.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (Para Encaminhar)

Só para deixar claro, Sr. Presidente, nobre Deputado Cheida, estamos falando de legislação de direito urbanístico. Então, na verdade, tem toda uma situação criada. E eu quero falar também, Sr. Presidente, que quem compra lotes são pessoas que têm poder aquisitivo alto e pessoas

que não têm poder aquisitivo alto, são pessoas com poder aquisitivo menor, lhe dou um exemplo: a nossa cidade de Ponta Grossa, mensalmente, a Prefeitura Municipal faz milhares de lotes urbanizados para vender por um preço pequeno para as pessoas de baixa renda. Com certeza isso vai encarecer esses lotes que as pessoas de baixa renda vão adquirir. “Mas o custo é loteador...”. Não, lá é a prefeitura e o povo da nossa cidade de Ponta Grossa.

Então, só para alertar, o meu voto, eu não pedi voto para ninguém Sr. Presidente, mas estou deixando clara uma situação, o porquê desta emenda que está ali “preferencialmente” e não “obrigatoriamente”, para alertar a todos que se aprovado, é muito bonito o discurso ambiental, Sr. Presidente, só que tudo isso tem um custo, e quem sempre paga é a população.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a votação. Portanto, já aprovamos o projeto, o substitutivo, agora vamos votar a emenda que altera o advérbio “obrigatoriamente” para “preferencialmente”, para que fique bem claro o que estamos votando. Os Deputados favoráveis à emenda permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à verificação de votação. Os Deputados favoráveis à emenda queiram levantar-se. Nove Srs. Deputados favoráveis à emenda. **Está rejeitada a emenda.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 381/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 381/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Tradições Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.07.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 391/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos com Necessidades Especiais - ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 391/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos com Necessidades Especiais de São Miguel do Iguaçu - ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.07.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 396/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Fica instituído o programa Força Voluntária, destinado a incentivar o trabalho voluntário nos órgãos públicos e nas instituições privadas com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de assistência social e de saúde, de fins não lucrativos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/07, de 29/05/07, em Projetos de Leis).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CSP. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece a obrigatoriedade de adoção do sistema de monitoramento por câmeras no setor de maternidade e atendimento neonatal, em todos os hospitais instalados no estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CS e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que determina a obrigatoriedade

idade de execução do Hino do Paraná em jogos colegiais e demais jogos oficiais promovidos pela Secretaria de Educação e outros órgãos do Governo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/07, de autoria do Deputado Mamede, que cria a Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMAI.

Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, eu sei que há poucos dias o Governador com uma comitiva aqui do Paraná esteve na China, e vários Parlamentares inclusive participaram desta comitiva, no Japão, desculpe. Mas eu vejo aqui, Sr. Presidente, a intenção do Deputado Mohamad, com todo respeito que tenho ao nobre Parlamentar e obviamente não questione na 1ª discussão, porque a nossa notável Comissão de Constituição e Justiça deu o parecer favorável. Mas, indago a V. Exa., como vamos votar aqui a criação de uma Frente Parlamentar Brasil-China? Teria que ser Paraná-China pelo menos. Porque Brasil-China, me parece que seria competência do Congresso Nacional.

Apenas estou colocando uma dúvida, daqui a pouco vamos criar uma coisa que não vai surtir o efeito desejado pelo nobre Parlamentar Deputado Mohamad. Coloco essa dúvida e como o Deputado Mohamad não está aqui, sugiro que seja retirado de pauta para que ele possa, em momento oportuno, corrigir isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não há nenhuma impropriedade no projeto de lei apresentado pelo Deputado Mohamad. O projeto é absolutamente legal. Ele fala da criação da Frente Parlamentar Brasil-China no Estado do Paraná. Já temos uma Frente Parlamentar no Congresso Nacional e ele, na verdade, está querendo articular que essa Frente Parlamentar também tenha correspondente no estado do Paraná.

Não há nenhum tipo de ilegalidade, o projeto é absolutamente constitucional e é oportuno o projeto do Deputado Mohamad. Ele não está no plenário, mas conheço o teor do projeto e penso que está absolutamente pronto para ser votado, tanto que passou pelo crivo da nossa Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, desculpe, apenas fiz um alerta. Rendo-me à argumentação do Deputado Romanelli já que foi devidamente apreciado na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão a V. Exa. Concorro com a argumentação do Deputado Augustinho Zucchi. Na verdade, a idéia é boa. Talvez tivéssemos que fazer Paraná-China. Isso poderá ser alterado na redação final. A nossa Comissão de Redação poderá alterar e aperfeiçoar a técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto. **Aprovado, artigo, por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/07, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da proposta Orçamentária para o exercício de 2008. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. **(Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 263/07

P A R E C E R :

Trata-se do Projeto de Lei nº 263/07, oriundo da Mensagem Governamental nº 014/07, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2008.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2008, foram apresentadas um total de 30 (trinta) emendas, das quais foram acolhidas 13 (treze) e não acatadas 17 (dezesete) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas emendas que total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu em face de motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por

este Poder, da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial nº 163/01, bem como da Lei nº 4320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei de Responsabilidade Fiscal, dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somo de parecer favorável à sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 04.07.07.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
NEREU MOURA - Relator

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 263/07**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do estado do Paraná para o exercício financeiro de 2008, compreendendo:

I - as prioridades da administração pública estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do estado;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VII - as disposições relativas às despesas do estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

IX - disposições transitórias;

X - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades da administração pública estadual, para o exercício de 2008 serão estabelecidas no projeto de lei do plano plurianual relativo ao período de 2008 a 2011, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2007.

§ 1º O projeto de lei orçamentária anual será elaborado com consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º No projeto de lei orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no plano plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Capítulo II

**Da Projeção e da Apresentação
da Receita para o Exercício**

Art. 3º A receita de recolhimento centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa receita total líquida do estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27 de agosto de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 4º As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta do exercício de 2008, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 17.795.526.500,00 (dezessete bilhões, setecentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil e quinhentos reais).

Art. 5º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2007, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Capítulo III

**Dos Critérios para a Distribuição
dos Recursos Orçamentários**

Art. 6º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da receita geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da união e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo até.....	5,0%
Poder Judiciário até.....	8,5%
Ministério Público até.....	3,7%

Parágrafo Único. Fica a cargo do Poder Legislativo definir do percentual de 5% destinado ao poder, o percentual destinado à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento de ensino público, correspondendo a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferência de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/00, correspondendo para 2008 a 12% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com entidades nacionais e internacionais;

X - às contribuições do estado ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os programas de previdência e de serviços médico-hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 34 desta lei;

XIII - ao Fundo Estadual de Cultura, de acordo com legislação em vigor.

Art. 8º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada órgão/unidade, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do projeto da LDO/2008 à Assembléia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º Para efeito da lei orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público (nível nacional da funcional programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público (nível nacional da funcional programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do governo é estruturada em programas definidos no plano plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o plano e o orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais (nível estadual da funcional programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo (nível estadual da funcional programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, e concorrem para a manutenção da ação governamental.

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função encargos especiais (nível estadual da funcional programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido.

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os

respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por grupo de natureza de despesa, grupo de fonte e modalidade de aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 10. Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, discriminarão o programa de trabalho por unidade orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os grupos de natureza de despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

Despesas Correntes

Pessoal e encargos sociais

Juros e encargos da dívida

Outras despesas correntes

Despesas de Capital

Investimentos

Inversões financeiras

Amortização da dívida

§ 2º A modalidade de aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 - Transferências à união;

II - 30 - Transferências à estados e ao distrito federal;

III - 40 - Transferências à municípios;

IV - 50 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos;

V - 60 - Transferências à instituições privadas com fins lucrativos;

VI - 70 - Transferências à instituições multigovernamentais;

VII - 80 - Transferências ao exterior;

VIII - 90 - Aplicações diretas;

IX - 91 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta¹;

X - 99 - A ser definida.

1. Modalidade da aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do órgão central do orçamento

§ 3º Os grupos de fontes de recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

Grupo 01 - Recursos Próprios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não vinculado;

Fonte 102 - Receita condicionada da contribuição do servidor público;

Fonte 103 - Receita condicionada da LC nº 87/96;

Fonte 104 - Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

Fonte 105 - Resultado da exploração de recursos hídricos petróleo, gás natural e outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108- Receita de alienação de outros bens móveis;

Fonte 109 - Recursos provenientes de percentual sobre a venda de bilhetes de passagens intermunicipais para ações voltadas à criança e ao adolescente;

Fonte 111 - Indenização pelo excedente da amortização de bens reversíveis e encampação de rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;

Fonte 117 - Transferência da união - SUS;

Fonte 123 - Renda do fundo penitenciário;

Fonte 124 - Multas e taxas de Saúde Pública - FUNSAÚDE;

Fonte 125 - Venda de ações e/ou devolução de créditos ou de capital subscrito ou não;

Fonte 126 - Contribuições compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e taxas de defesa sanitária - FEAP;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;

Fonte 129 - Taxas de polícia - FUNRESPOL;

Fonte 131 - Programa de assistência ao menor e de natureza social - Lei nº 11091/95;

Fonte 132 - Pesquisa científica e tecnológica;

Fonte 138 - Taxa ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de programas especiais - FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB;

Fonte 147 - Receitas de outras fontes recolhidas ao Tesouro Geral do estado por determinação legal.

Grupo 09 - Convênio do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com órgãos federais;

Fonte 133 - Transferência e convênios com o exterior;

Fonte 148 - Outros convênios.

Grupo 15 - Operações de Crédito do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de crédito internas;

Fonte 130 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 136 - Operação de crédito externa, PROEM/BID;

Fonte 137 - Operação de crédito externa - Paraná Urbano II/BID;

Fonte 140 - Operação de crédito externa - Saneamento ambiental - PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS/BIRD;

Fonte 143 - Outras operações de crédito externas.

Grupo 16 - Salário Educação - compreendendo a seguinte fonte;

Fonte 116 - Transferência de recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Grupo 45 - FUNDEB - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente arrecadados;

Fonte 251 - Operação de crédito interna;

Fonte 252 - Operação de crédito externa;

Fonte 253 - Corta-parte das rendas das loterias estaduais;

Fonte 254 - Multa por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;

Fonte 256 - Reposição florestal - SERFLOR;

Fonte 270 - Aumento de capital social;

Fonte 281 - Transferência e convênios com órgãos federais;

Fonte 283 - Transferência e convênios com o exterior;

Fonte 284 - Outros convênios/Outras transferências.

Art. 11. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorrida após o encaminhamento da LDO/2008 à Assembleia Legislativa.

Art. 13. O Poder Executivo poderá, mediante decreto do Governador, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2008, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e unidades, sem que sejam alterados os valores das programações aprovadas na lei orçamentária, podendo entretanto haver ajustes na classificação funcional programática.

Art. 14. O programa de obras será apresentado, no anexo V do projeto de lei orçamentária anual, por unidade orçamentária, por projeto ou atividade de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, podendo ser identificadas no anexo V, pelo indicativo (A) em andamento.

Art. 15. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar a Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

V - anexo III contendo o orçamento fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o programa de obras das unidades orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná;

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das vinculações constitucionais e legais.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 16. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2008 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de metas fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da receita corrente líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 17. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indispensável, para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 18. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2007, para a consolidação do orçamento geral do estado.

Art. 19. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do orçamento geral do estado.

Art. 20. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2007.

Art. 21. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da administração geral do estado, recursos sob supervisão da SEFA.

Art. 22. na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de “transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual”, ou seja de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 23. As receitas dos órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pelo estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

Art. 24. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, órgãos de regime especial, fundos e das empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes não comporão o demonstrativo de receitas próprias destas entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento a apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 25. O orçamento fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do

Estado para as empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, que receberão recursos do estado e apresentarão apenas o seu orçamento de investimento.

Art. 26. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 27. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do projeto de lei orçamentária anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no plano plurianual para o período de 2008 a 2011.

Art. 28. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais específicas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos e na administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Parágrafo Único. Os órgãos e as unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2007, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2007, a serem incluídos no orçamento de 2008, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2007, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná);
- VII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 29. Os recursos proveniente de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A lei orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferência intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de ser-

viços, por meio de movimentação de crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 30. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgãos, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 31. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às receitas tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32. O saldo financeiro verificado em 31 de dezembro de 2007, proveniente da diferença, entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31 de janeiro de 2008.

Art. 33. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de superávit financeiro apurados nos balanços das unidades da administração indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de governo.

Art. 34. A lei orçamentária anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 35. A lei orçamentária anual conterá autorizações para abertura de créditos adicionais com limites percentuais fixados sobre o valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Capítulo VI

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 36. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2007, em especial;

- I - as modificações na legislação tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquota dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa do estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da receita corrente líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo VII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com base na Receita Corrente Líquida

Art. 37. No exercício financeiro de 2008 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes líquidas estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
 - b) 6% (seis por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Judiciário;
 - c) 49% (quarenta e nove por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Executivo;
 - d) 2% (dois por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Ministério Público Estadual.
- § 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

Art. 38. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do estado.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 39. O valor das operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de

despesas da capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 40. As coordenações dos programas financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2008, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o estado pode oferecer.

Art. 41. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

Capítulo IX

Disposições Transitórias

Art. 42. O projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2008, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo X

Demais Disposições

Art. 43. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da adminis-

tração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da conseqüente programação cancelada.

Art. 44. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento de despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 45. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

Art. 46. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 47. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do estado.

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tive a honra de ser o Relator designado pela Deputada Beti Pavin, desta mensagem do Poder Executivo encaminhada a esta Casa, dentro dos parâmetros legais, constitucionais, a fim de que apreciássemos a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2008. O projeto do Poder Executivo prevê arrecadar no ano que vem R\$ 17 bilhões e 800 milhões. Deste total, Sr. Presidente, serão evidentemente distribuídos entre a dívida pública do estado do Paraná, 30% para a educação, 12% para a saúde, e o aumento do percentual do Poder Judiciário de 8.5 para 9%; do Ministério Público, de 3.8 para 4% e a Assembléia Legislativa do Paraná vai permanecer com o mesmo 5.0 do atual exercício.

Sr. Presidente, das 30 emendas apresentadas, acolhemos 13. Todas elas objetivando valorizar a função fiscalizadora desta Casa, fazendo com que a Lei Orçamentária que o Governador Requião encaminhará a esta Assembléia em setembro deste ano possa ser demo-

crática, transparente e que a Assembléia cumpra com o seu dever fiscalizador.

Por isso a Lei de Diretrizes foi amplamente discutida por esta Casa, por V. Exa. pelos Deputados Alexandre Curi, Beti Pavin, Romanelli, pelos Deputados que compõem a Comissão de Orçamento, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público, pelo Governo do Estado. Conseguimos fazer um relatório que atendesse basicamente as reivindicações de todos os segmentos envolvidos na LDO.

Sr. Presidente, quero agradecer V. Exa., à Mesa Executiva, a Deputada Beti Pavin e aos companheiros que compõem a Comissão de Orçamento, pela maneira como foi encaminhada esta lei e como a Assembléia Legislativa discutiu democraticamente a LDO. Acreditamos que estamos presenteando o Paraná, com um projeto de lei à altura do nosso estado.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, meus colegas Deputados e Deputadas, senhoras e senhores.

Tenho apenas uma preocupação com relação à LDO que vamos votar agora. É o aumento no percentual do Poder Judiciário, em 0,5%, que representa no orçamento deste ano 55 milhões. Se houver orçamento diferente para o ano que vem - há previsão de ter aumento - talvez chegue a 70 milhões. Mas no orçamento deste ano, daria 55 milhões. Há falta de recursos para segurança, educação e saúde.

Existe o FUNREJUS, não quero questionar a sua legalidade, mas tenho muitas dúvidas se ele poderia existir. Vamos diminuir o percentual do Executivo, aumentando o percentual do Judiciário. É claro que é uma função importante, mas acho que o FUNREJUS cobre muito essa diferença do percentual de 0,5% e para o Executivo, que não cobra nenhuma taxa pelos seus serviços, isso faz falta. Eu queria apenas que avaliássemos esse assunto. No projeto original está mantido o percentual de 8,5%. No substitutivo é que está aumentado para 9%. Da mesma forma o Ministério Público está aumentando de 3.7 para 4.

Eu queria que esta Casa, neste momento, refletisse sobre este assunto, que é bem dedicado. Estamos falando de 55 milhões a menos no valor que o Executivo terá ano que vem.

Obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

Sr. Presidente Nelson Justus, Sr. 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, Sra. Deputada Cida Borghetti, quero cumprimentar a Comissão de Orçamento desta Casa, pelo substitutivo que foi elaborado e a Mesa Executiva pelo excelente entendimento e pelo diálogo cada vez mais abrangente, com este Poder importantíssimo que é o Judiciário e também com o nosso Ministério Público do

Paraná, que vem realizando um trabalho de fundamental importância. Este aumento de 3.7 para 4.0 no percentual do Ministério Público e de 8.5 para 9.0 no percentual do Judiciário é louvável, diante da relevância do trabalho que estas duas instituições realizam.

Aqui, quero cumprimentar o Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça, Vidal Coelho, o Desembargador Noronha, Corregedor do Tribunal de Justiça e também a Dra. Maria Tereza Uille, o Dr. Milton Riquelme de Macedo e o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que foram interlocutores do Ministério Público, ampliando este diálogo construtivo com esta Casa. Não tenho dúvidas que são duas instituições que realizam um trabalho fundamental e que precisam, sim, de mais recursos.

Parabéns à Mesa Executiva e à Comissão de Orçamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu não posso me calar quando este Poder abre mão da condição de atender os seus para atender os outros. Eu tenho gritado aqui, Sr. Presidente, que nesta Casa os funcionários não receberam a diferença da URV. Os funcionários desta Casa não receberam a diferença da URV, o Poder Judiciário recebeu, o Ministério Público recebeu em 2005, os demais Poderes receberam, o Tribunal de Contas recebeu, os funcionários desta Casa não receberam a URV ainda, lá de trás.

E agora, lamento que vamos aumentar o teto do Ministério Público, estamos subindo o Ministério Público que já pagou, Sr. Presidente, aos seus funcionários, a URV. Tem gente pendurada nesta Casa aqui. A grande maioria dos funcionários desta Casa deve em bancos, alguns Deputados devem também, como eu, muitos Deputados devem também, muitos funcionários estão pendurados porque não receberam essa URV. E eu quero deixar aqui porque eu convivo nesta Casa diariamente e sei o respeito e o carinho que eu tenho por cada um dos funcionários desta Casa. Nós estamos abrindo a prerrogativa, já aumentaram um pouquinho o nosso Orçamento que nós fizemos, que nós autorizamos, ainda eu perguntei: quem é que autoriza? É a Casa. A Casa autoriza, nós autorizamos aumento para quem quisermos.

Então, neste momento, nós mantemos os nossos 5.0, nós não mexemos no que é nosso, porquê? Porque a Assembléia não pode mexer? Agora, vamos mexer no Ministério Público, os guardiões da lei! Vamos aumentar o Poder Judiciário? Vamos aumentar, mas o Poder Judiciário já pagou a URV dos seus funcionários, o Tribunal de Contas já pagou, o Ministério Público já pagou. Agora, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer este pronunciamento para dizer que lamento que o nosso caso, o Poder Legislativo, não é em causa própria, é em causa da URV. Eu não sei se cabe emenda amanhã, ou não cabe emenda, cabe alguma emenda? Não sei se cabe, Sr. Presidente, cabe alguma emenda amanhã em 2ª votação? Eu não sei dizer. Eu vou fazer uma emenda amanhã, Sr. Presidente, nem que seja sozinho. Então, se cabe, eu vou

fazer essa emenda amanhã para pagar a URV dos funcionários desta Casa. Eu vou fazer a emenda nem que eu perca sozinho, mas eu vou fazer, porque eu não acho justo o Ministério Público receber, como eles receberam, os guardiões da lei, os Poderes receberem e os nossos funcionários desta Casa não receberem.

Então, amanhã eu vou fazer uma emenda. Eu morro sozinho aqui, mas eu apresento. Essa emenda não é para aumentar salário de Deputado, não, que a imprensa diga isso, não é para legislar em causa própria, é para legislar em nome dos funcionários desta Casa. E alguém venha dizer: mas tem funcionário aqui que não merece! Todo lugar tem funcionário que não merece, em todo lugar! Em todo lugar tem gente boa e tem gente ruim. A grande maioria é boa, mas em toda profissão tem os bons e tens os ruins. Eu fico com a maioria dos bons. Os ruins que sejam mandados embora, se for preciso, mas que fiquem os bons e que eles possam ser respeitados, possam sair dos bancos, das agências financiadoras, do sofrimento que passam os funcionários desta Casa. Vou apresentar a emenda, amanhã, e peço aos companheiros desta Casa, me ajudem a fazer a emenda. Vou apresentar a emenda amanhã só para pagar a URV. E, Sr. Presidente, se não der para pagar em um momento só, eu não vou questionar, mas vamos parcelar. O Tribunal de Contas parcelou, o outro pagou à vista, foi feito um ajuste de contas no final do ano - eu quero discutir ainda esse ajuste de conduta do Ministério Público - eu vou defender a minha Casa, os nossos funcionários desta Casa.

Então, amanhã, nem que seja sozinho, peço aos companheiros que me ajudem, eu vou fazer amanhã uma emenda para pagar a URV. Acho que a URV, se os outros Poderes receberam, este Poder que tem o poder de aumentar o percentual do que diz a lei, tem que fazer também para os seus funcionários, porque senão vamos ter dificuldade aqui: Poxa, mas fez lá para os magnatas, fez para os outros e não fez para as pessoas daqui?"

Sr. Presidente, eu vim a este Parlamento pelas pessoas mais humildes e por elas eu vou lutar até o fim.

O SRA. BETI PAVIN (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Só para colocar que a participação que houve dos Srs. Deputados ao longo desses quase 2 meses que houve uma ampla participação dos Srs. Deputados com emendas onde o nosso brilhante Deputado Nereu, que foi relator deste projeto soube conduzir muito bem, avaliando juntamente com os técnicos todas as emendas que eram possíveis para serem encaminhadas.

Queremos agradecer também a participação dos nossos técnicos, que com muita sabedoria e eficiência nos auxiliaram no decorrer desses 2 meses para que pudéssemos, a partir de amanhã, este Plenário poder estar aqui apreciando esse projeto de lei, o substitutivo desse projeto de lei.

E dizer também da boa vontade que houve de todos para que nós pudéssemos, de alguma maneira,

melhorar os índices, tanto do Poder Judiciário quanto do Ministério Público. Infelizmente, aqui da Assembléia, desta vez não é, Sr. Presidente, neste momento não foi possível. Mas, enfim, esses outros Poderes que fazem um trabalho tão bom, conseguimos, juntamente com o Poder Executivo, com as lideranças dos partidos, com a Mesa Diretiva, pudemos melhorar, dentro do que era possível neste momento, para o estado do Paraná.

Então, agradecemos a participação de todos e, enfim, ficou dentro do que foi possível para este ano.

Era isto. Muito obrigada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Quero dizer à Deputada Beti Pavin que em momento nenhum eu quis ofender V. Exa. Tenho o maior respeito por V. Exa., jamais faria isto, até pelo respeito que tenho por V. Exa. Estou fazendo este pedido não é para nós, é para nossos funcionários. Me perdoe se não fiz esta emenda antes, mas ainda é tempo de salvar e se a lei nos permitir fazer a emenda - não permite, Sr. Presidente?

Então, eu queria encontrar um jeito, Sr. Presidente, de premiar os nossos funcionários, porque acho que se fazemos leis é como esquecer a nossa família - quando esquecemos, esquecemos aquele que está ao nosso lado, que é o nosso familiar e aqui é uma família.

Eu pediria, não sei o que podemos fazer, se dá para adiar, eu pediria pelo menos para pagar a URV, pelo menos a URV dos nossos funcionários. Não é tão grande a quantidade.

Sr. Presidente, V. Exa. que tem esse coração, esse coração que vem do pai lá de Ponta Grossa e lá tem gente de coração grande, quem sabe V. Exa. possa achar os caminhos neste momento, um jeito de pagarmos a URV dos funcionários.

Sr. Presidente, peço isto para o senhor. Se eu não fiz a emenda agora foi uma falha minha, mas eu queria pedir, em nome dos funcionários, que são os nossos companheirinhos, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, tenho 3 questões aqui e quero levar a conhecimento do Líder do Governo para ver se ele pode trazer as explicações. Primeiro, salvo eu tenha me equivocado, tem a fonte 253, parte das rendas das loterias estaduais - quer dizer, tem uma fonte de algo que para mim já foi extinto.

Então, aguardo explicações amanhã.

Segundo, existe na página 61, aonde fala - a situação atuarial da ParanaPrevidência - a grande verdade, Deputado Romanelli, e o Deputado Reni deve estar me ouvindo neste momento, a minha preocupação aqui nesta questão, ela me deixa muita dúvida, porque ela volta novamente a questão orçamentária de 2006.

Por isso, Deputado Romanelli, entrego em mãos de V. Exa., aqui diz o seguinte: “Embora o quadro acima apresente resultado técnico negativo no exercício de 2006

de 302 milhões e alguns quebrados, a ParanaPrevidência mantém um plano de custeio atuarial original” e aí segue... Quero dizer ao Deputado Romanelli que por mais que tenhamos nos esforçado, estamos com dificuldades de esclarecer essa dúvida. Então aguardo para o dia de amanhã, na 2ª votação, que tenhamos essas explicações.

Terceiro: aí há uma divergência total, Sr. Presidente, o artigo 165 da Constituição Federal, no parágrafo 2º, determina que a LDO tenha as suas metas fiscais. O que acontece agora? Está se implantando um sistema de LDO diferente. Aqui foi levantada essa questão pelo Deputado Traiano, foi mandado o pedido ao Governo e chegou ao Secretário do Planejamento para que mandasse as metas fiscais a esta Casa. O argumento do Governo ao Deputado Traiano é que estão adotando o mesmo critério do Governo Federal, mas temos nos atido à Constituição. A Constituição exige no seu artigo 165, parágrafo 2º, que o Governo estabeleça as suas metas fiscais para que até não aconteça o que aconteceu agora, toda esta dúvida do que aconteceu na questão orçamentária.

Eu levantei 3 questões, deixo aqui neste momento, é claro que são questões pinçadas dentro da Lei Orçamentária e eu aguardo que amanhã o Líder do Governo possa me convencer de que essa LDO está dentro das conformidades exigidas pela lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Rossoni levanta alguns pontos que eu gostaria que, além da Deputada Beti Pavin, Presidente da Comissão de Orçamento, especialmente o Deputado Nereu Moura que é o Relator dessa LDO podem responder de uma forma mais objetiva. Acho que as perguntas que ele faz são pertinentes e eu penso que é necessário que possamos esclarecer, mas gostaria que o Relator da LDO respondesse.

Agora uma delas, Sr. Presidente, podemos observar que sobre metas fiscais, salvo que eu esteja lendo de forma equivocada, mas olhem aqui, no item 2 do anexo, estão aqui as demonstrações das metas fiscais anuais de 2004, 5, 6, 7, 8, 9, 2010 e também tem as metas fiscais para o período, tabela 5, tabela 6, salvo alguma coisa que eu não esteja compreendendo, as metas fiscais estão demonstradas aqui no anexo à lei orçamentária. Gostaria de consultar o Deputado Rossoni se ele observou este detalhe.

Em relação a essa questão da ParanaPrevidência eu vou buscar também esclarecimentos e solicitaria que o Deputado Nereu Moura buscasse também.

Agora há de se reconhecer o seguinte: essa LDO foi profundamente discutida por esta Casa, pela Comissão de Orçamento e pelos Deputados Estaduais. Diversos Deputados, durante o período de apresentação das emendas, foram à tribuna fizeram uma série de questionamen-

tos, apresentaram emendas, isso foi amplamente discutido, algumas emendas foram acatadas, mas certamente os esclarecimentos têm que ser feitos para que possamos enfim estar votando aquele que estiver conforme a lei. Vou, pela minha parte, buscar os esclarecimentos.

Em relação ao PPA, só para poder terminar aqui esse tema, eu dizia ainda há pouco no nosso comitê de imprensa, temos uma tipicidade, nós mesmos constatamos que a nossa Constituição tem um dispositivo que, de fato, tem que ser repensado, por quê? Porque este é o ano de fazermos a elaboração do Plano Plurianual, plano fixa meta, fixa diretrizes para os próximos 4 anos. Ele vai valer para os 3 anos desse Governo e 1º do outro Governo, como está ocorrendo agora. E essa LDO, que vai balizar a construção da Lei Orçamentária Anual - LOA, ela na verdade é feita antes do PPA. É de fato uma incongruência constatada na nossa Constituição e que tem que ser discutido, porque o PPA só vem em setembro para esta Casa.

Então, de fato é um tema que tem que ser debatido e de fato temos que aproveitar esse momento para discutir essa questão, porque senão o PPA fica muito descolado da realidade da Lei Orçamentária que estará em vigência no exercício de 2008. Mas, quero dizer que a Comissão de Orçamento, presidida pela Deputada Beti Pavin e com a relatoria do Deputado Nereu Moura e os demais Deputados que integram esta comissão, fizeram um trabalho muito interessante, penso que avançamos em alguns temas, a discussão foi importantíssima com o Poder Judiciário. V. Exa. conduziu esse processo, tivemos a oportunidade de participar dessa discussão, da prestação jurisdicional, principalmente para 1ª instância, da compreensão daquele Poder, da independência deste Poder, mas fundamentalmente dessa harmonia existente e fundamentalmente desse processo de discussão.

Acho que inclusive construímos um diálogo importantíssimo com o Poder Executivo e com o Poder Legislativo. E claro, o Ministério Público, que tem de fato a pretensão de ter um aumento na sua receita, que está vinculado, é claro, ao Poder Executivo, embora alguns membros daquele Ministério não o reconheçam como membros do Executivo, mas o Ministério Público não é um órgão especial, está vinculado ao Poder Executivo, e como tal tem um tratamento diferenciado por conta da própria Constituição Federal.

Penso que a nossa Lei Orçamentária Anual, feita inclusive uma série de anexos a ela, o próprio esclarecimento pedido pelo Deputado Ademar Traiano, tudo isso acabou, de fato, dando uma moldura a ela, que na minha avaliação é extremamente importante para poder fazer uma boa Lei Orçamentária.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Não sei se seria bem para encaminhar, mas na verdade acho que é uma questão de ordem. Quero, aqui, com

o Deputado Romanelli, Líder do Governo, entenda que não é nada pessoal, nem contra o Governo e nem contra V. Exa., muito menos contra a nossa Comissão de Orçamento. Mas tem um dito popular que diz: “O diabo faz a panela, mas não faz a tampa”. E hoje constatei uma realidade, que não ia nem tornar público, até porque fiz um compromisso de esperar os dados do Tribunal de Contas em relação à prestação de contas.

Mas acredito que essa questão que o Deputado Rossoni levanta, nos impede, inclusive, de votarmos. Por quê? Porque o Poder Executivo tem que entender que existe a lei e a lei tem que ser cumprida. E estamos impedidos de votar essa matéria que o próprio Deputado Nereu Moura se viu num erro de relatar em cima de uma mensagem que foi mandada para esta Casa no dia 15 de abril, aonde eu pego, num papelzinho que eu coloquei aqui no meu bolso, aquele papelzinho era um ofício do Tribunal de Contas pedindo para a Mesa Executiva da Assembléia votar mais 1 mês de prorrogação. Lá dizia claramente, que o Tribunal de Contas estava analisando o balanço, e não contas prévias, qualquer coisa prévia. O balanço que recebeu no dia 26 de abril e que na reunião plenária do dia 14 de junho, o Conselheiro Henrique Nageboren entendeu que precisaria de um prazo maior.

Pois bem, 14 de junho, 24 de abril, 16 de abril, anterior a 15 de junho. Salvo se o Tribunal de Contas recebeu o novo balanço antes da publicação do Diário Oficial, que foi de 15 de junho, não podemos votar também esta LDO, porque ela foi mandada para cá no dia 16 de abril, como consta aqui no protocolo, na mensagem.

O Deputado Nereu Moura fez o substitutivo em cima daquela mensagem, porém no novo balanço todos nós sabemos, eles estornaram 620 milhões de dívida da ParanaPrevidência.

Então esse dado que o Deputado Rossoni levanta aqui que teria um déficit, não é mais esse, já é 900 e tantos milhões. Nós podemos fazer isso de uma maneira institucional, ligar para o Presidente do Tribunal de Contas: escuta como que ficou esse quadro?

Agora, vamos votar uma LDO com base numa mensagem que foi enviada dia 16 de abril, sabendo que o Governo publicou um novo balanço e extraiu mais 620 milhões, no dia 15 de junho.

Não tem como, infelizmente, Sr. Presidente, o senhor sabe que eu tenho até me controlado muito, mas às vezes temos que falar. Isso não dá para admitir. Fui inclusive no Tribunal de Contas e disse: olha, é um constrangimento muito grande, como é que vocês vão dar uma consulta depois de um balanço publicado? Não dá mais!

Agora está aqui: “O diabo faz a panela e não faz a tampa”.

O Deputado Nereu, infelizmente, foi induzido a erro, porque já não é mais esse o quadro que existe na ParanaPrevidência, segundo o que foi publicado no dia 15 de junho.

Não sei como vamos resolver isto. Reconheço aqui o esforço da Comissão de Orçamento e o empenho, mas realmente é algo que precisamos resolver antes de votar a LDO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Está em votação o projeto, na forma do seu substitutivo geral.

Pela ordem o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Acho que o Deputado Reni Pereira levanta uma questão até, de certa forma, preocupante para a Casa.

Estivemos, recentemente, Deputado Cheida e Deputada Beti, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Orçamento, tivemos aqui a Audiência Pública, quando foi transmitido para a Assembléia as metas físicas e orçamentárias do 1º quadrimestre deste ano.

Levantamos naquela ocasião, Sr. Presidente, e V. Exa. presidiu essa Sessão, é que tínhamos 2 orçamentos publicados no Diário Oficial. Um no dia 31 de janeiro e outro no dia 15 de junho. O Deputado Reni Pereira levanta exatamente a questão de ordem, que tem procedência, porque a LDO que foi enviada a esta Casa, foi enviada no mês de abril, e o novo orçamento publicado pelo Governo do Estado foi no dia 15 de julho.

Então, na verdade, Srs. Deputados, houve uma alteração nos números em relação a ParanaPrevidência. Quais são os números que estão agora na LDO? Eles conferem com aquele orçamento publicado em janeiro, ou aquele de junho. Se esses números na LDO publicados aqui, se referem ao orçamento de janeiro, então estamos votando uma coisa que não representa a realidade conforme exposta pelo Diretor Geral da Secretaria da Fazenda, Dr. Nestor Bueno, e confirmadas também pelo Secretário da Fazenda.

Eu não sei, Sr. Presidente, mas acho que estamos num impasse.

Líder do Governo, Deputado Romanelli, devíamos retirar da pauta para que o Deputado Nereu Moura fizesse a consulta junto à Secretaria de Planejamento do Governo, junto com a Secretaria da Fazenda do Governo, para ver se esses números publicados da ParanaPrevidência são verdadeiros. Refere-se ao 1º orçamento publicado pelo Governo do Estado ou o 2º.

Só se referem aos números publicados em janeiro, porque a LDO veio para esta Casa em abril, e apenas foi republicado o 2º orçamento no mês de junho.

Presidente Nelson Justus, proponho que adiemos essa votação para o dia de amanhã, para que possamos exatamente ver quais são os números verdadeiros, para que a Assembléia Legislativa não incorra num erro, aquilo que já foi confirmado pela própria Secretaria. Eu proponho a retirada da pauta da Sessão de hoje e que votemos amanhã, com essas dúvidas levantadas pelos

Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira e que também levantamos neste momento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero consultar o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Deputado Nereu Moura, se ele pode esclarecer esse questionamento feito, porque se não foi possível, nós adiaríamos. Eu pediria pela retirada por uma Sessão, transferindo essa votação para amanhã e amanhã poderíamos fazer tantas quantas votações fossem possíveis. Aliás, eu pediria que pudéssemos encaminhar um requerimento para transformar o Plenário em Comissão Geral e poderíamos votar essa lei sem nenhum problema. Acho que é absolutamente prudente que possamos discutir esse tema. Se o Deputado Nereu Moura não puder esclarecer esse tema, nós transferimos para amanhã e amanhã teremos os esclarecimentos devidos sobre isso.

Era isso. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero, antes de mais nada, responder à questão de ordem. Quero, como Presidente da Casa, render todas as homenagens à Comissão de Orçamento desta Casa, não só pela sua Presidente, como pelo Relator e membros dessa comissão. Eu já tive a oportunidade e a honra de presidir essa Comissão e também de ser Relator. Quero deixar o meu testemunho que não tinha visto ainda a comissão se portar com tanta presteza, com tanta competência, com tanta democracia na questão com que trataram dessa Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma das leis mais importantes. Aliás, acho o projeto mais importante que votamos aqui nesta Casa. Por essa razão, quero deixar bem claro que recebo o relatório, recebo o substitutivo geral apresentado pelo relator em condições plenas e totais de ser apreciado por este Plenário. Isso não se discute.

Quanto ao questionamento que faz o Deputado Líder da Oposição, Deputado Reni Pereira, Deputado Elio Rusch, ele pode ser resolvido nesta Sessão ou não. Podemos votá-lo e discutí-lo posteriormente ou podemos simplesmente adiar a questão para amanhã. Este é o posicionamento da Liderança do Governo e da Comissão de Orçamento. A Mesa recebeu o substitutivo e está em condição de ser votado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, a rigor, essa questão não faz parte do corpo da lei. É uma justificativa do projeto encaminhado para a Assembléia, que é em relação à avaliação da situação financeira e atuarial da ParanaPrevidência, que não está no corpo da lei, da LDO.

Portanto, não tem o que deliberar. O que essa questão levantada pelo Deputado Reni Pereira e pelo Deputado Valdir Rossoni, pode ser amanhã corrigida, porque faz parte da justificativa. Não é a lei. Não tem porquê

retardarmos a votação da lei se a lei está correta e é a justificativa que tem um erro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Esta presidência entende da mesma forma. Eu entendo que o substitutivo está em totais condições de ser apreciado. Quanto à justificativa, entendo que a Liderança do Governo tem totais condições e deve, inclusive, esclarecer essa questão levantada pela Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu disse que a nossa proposta, a nossa concordância, estava sujeita justamente à fala do Relator da Comissão de Orçamento, Deputado Nereu Moura. Acho que a fala dele foi absolutamente esclarecedora. Penso que o projeto, de fato, a lei está pronta para ser votada. Estamos tratando de um anexo que é uma justificativa em relação a LDO. Penso que é necessário podermos prosseguir a votação e amanhã traremos os esclarecimentos e eventualmente, até se for o caso, uma correção nesse quadro demonstrativo da justificativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Acho que V. Exa. como Líder do Governo, poderia fazer esse esclarecimento à Oposição com referência a esse levantamento que acho que seria muito importante.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sei que encaminhamento duas vezes é anti-regimental, estamos nos deparando, porque na verdade levantei um questionamento, jamais para contestar o trabalho da Comissão de Orçamento, mas não me sinto em condições, mediante o que foi levantado aqui de votar a LDO, até proponho ao Líder do Governo um acordo de liderança, reunir todas as lideranças, propor aqui um requerimento para quebra de interstício e nós votarmos tudo no dia de amanhã. Agora, votarmos algo que estamos levantando questões numéricas totalmente diferentes do que está no demonstrativo do orçamento do estado, é praticamente assinarmos e dizer: olha esse cheque aqui está preenchido errado, mas eu vou assinar. Proponho o que o Deputado Elio propôs. Poderíamos adiar para o dia de amanhã, subscrevemos um requerimento, podemos fazer todas as votações no dia de amanhã e assim damos uma demonstração de grandeza. Corrigir o erro antes de votar, porque depois que votar, não temos como corrigir, porque não podemos apresentar emenda, não podemos apresentar nada.

É uma sugestão que estou fazendo a V. Exa., porque é a melhor saída. Jamais a Oposição ou este Parlamentar aqui está querendo obstruir a votação da LDO, mas há um questionamento e há uma dúvida entre os Parlamentares da Oposição, que cada um está se questionando, mas não podemos votar algo, números, que estão sendo contestados aqui com muita perfeição pelo Deputado Reni Pereira.

Por esta razão, é umas das pessoas que tem nos orientado na questão orçamentária, estou propondo que se adie para o dia de amanhã, e podemos subscrever aqui a quebra de interstício, se cabe naturalmente amanhã nós votarmos em 1ª, 2ª, 3ª quantas votações forem necessárias, mas votar algo que eu não tenho certeza que esteja correto, quero dizer a V. Exa., talvez pela primeira vez na história do Paraná, vai ter Parlamentares votando contrário. E o meu posicionamento não é questionando a questão do Judiciário, Ministério Público, nada disso. O que estou contestando são esses 3 pontos que eu levantei e depois foi muito bem explanado pelo Deputado Reni Pereira.

Agradeço V. Exa. por ter aberto essa exceção no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se à votação.

Em votação o Projeto nº 263/07 na forma do seu substitutivo geral.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o substitutivo, queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Eu fiz uma proposta, e a minha proposta não vai ser apreciada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quando vi o Líder do Governo dizendo: vamos votar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Quero dizer que vou votar contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo.

Não é possível, Deputado Romanelli, eu não sei porque há sempre a radicalização de coisas que são perfeitamente resolvíveis, aqui. Ora! Se é proposto que posamos fazer todas as votações amanhã, sem prejuízo da normalidade da aprovação da LDO... Eu não quero, Sr. Presidente, votar contra a LDO...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, estamos em votação...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Zucchi, V. Exa. sabe, preside, eu não tenho como, agora, aceitar...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Perfeitamente. Só quero dizer o seguinte: quem votar contra não está votando contra a LDO. Está votando apenas contra a radicalização de não se fazer um entendimento para resolver o problema levantado por pessoas que são competentes para saber a questão do orçamento!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós estamos, agora, votando. Está em processo de votação a LDO, sim. Estamos em processo de votação e não vou aceitar nem a palavra pela ordem.

Os Deputados que votarem a favor do projeto, queiram levantar-se. Vinte e seis Srs. Deputados são favoráveis ao projeto.

Os que votam contrários ao projeto, queiram levantar-se. Quinze Srs. Deputados votam contrários ao projeto.

Aprovado o projeto.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Quero justificar meu voto. Votei contra por entender que está errado. Tem um item errado e eu não quero votar nada errado, quero votar certo. E quero que o povo esteja enxergando, porque não queremos votar nada errado, aqui.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Os Deputados todos, acho que ninguém quis votar contra a LDO. Votaram contra o projeto porque não houve entendimento. Esta é a verdade. Fica difícil, realmente. A Liderança do Governo, num primeiro momento, concordou que fosse retirado e num segundo momento, ele recuou. Mas, infelizmente, não esclareceu. As dúvidas devem ser esclarecidas por V. Exa. no dia de amanhã, porque senão amanhã não poderemos votar, porque tem 2 orçamentos publicados pelo Governo do Estado, e amanhã vamos ver quem estava com a razão. Se éramos nós ou se era V. Exa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Só quero informar à Mesa e principalmente ao Líder do Governo e ao Relator, Deputado que estimo, que não é justificativa. O quadro da ParanaPrevidência é anexo, portanto é parte integrante da lei. Nós não votamos contra a LDO. O Bloco se posicionou contra votar algo que contém um equívoco. Então, deixar bem claro, o que nós votamos é um anexo da lei e tem um dispositivo, números que constam errados. E isso dá uma diferença significativa.

Portanto amanhã, sugiro, Sr. Presidente, que façamos uma comissão. O Líder do Governo, inclusive, acabou de me pedir para verificar este número. Acho que seria de bom alvitre, o Líder da Oposição, também, que

façamos uma comissão e vamos ao Tribunal de Contas para ver qual é o número definitivo. Como o Deputado Elio Rusch fala, nós não sabemos qual é o número que está no balanço. E o Deputado Nereu, amanhã, faz uma correção ou na redação final colocamos alguma coisa, alterando, porque não podemos colocar o carimbo da Assembléia Legislativa chancelando algo que está equivocado. Foi assim que começou o erro, lá de trás, do mês de março.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Quero me associar às palavras do Deputado Reni Pereira e dizer que não sou contra a LDO, mas acho que é mais uma vez um erro que não poderíamos ter aprovado. Por isso, votei contra. Nada contra a LDO, mas contra o erro que foi verificado e espero que amanhã seja consertado. Associo-me às palavras do Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero crer que essa questão ficou bem clara. Os Deputados que encaminharam contrários à votação deixaram bem claro que não estavam contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Acho que isso ficou bem claro! Eles estavam votando contra algo que estava, ou no anexo ou na justificativa, e que foi levantado fora da questão, mas no momento. Por esta razão posicionaram-se contra. Acho que isso ficou muito claro, como também ficou claro o posicionamento da Liderança do Governo em esclarecer esse assunto para a votação de amanhã.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Concordo com o que falou V. Exa. e faço aqui uma sugestão: como é regimental que a justificativa de voto só seja feita por escrito, para que fique registrado e não haja dúvida dos Deputados que votaram contra, vamos encaminhar à Mesa uma justificativa de voto dizendo qual é a razão do voto contrário para que não seja aqui, obviamente, entendido que os Deputados se posicionaram contra a LDO. Eu, particularmente, não tenho absolutamente nada contra, e ressalto aqui o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Correto! Aliás, isso já ficou bem explicado e fiz questão de esclarecer.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Apenas para poder esclarecer, porque penso que os Parlamentares se pronunciaram e na verdade alguns se pronunciaram com conhecimento do que estavam falando. Eu disse claramente o seguinte: vou submeter essa análise da propositura que foi feita de transferir para amanhã a discussão da LDO ao Relator da Comissão de Orçamento, o Deputado Nereu Moura, que veio aqui e

fez o esclarecimento. Ou seja, em relação à Lei, nenhum óbice. Nós estamos falando do anexo da justificativa.

Então, queria dizer o seguinte: não sou exemplo para ninguém nesta Casa. Longe disso! Mas quero dizer que sei avançar e sei recuar, como inclusive tinha feito aqui. Eu falei: olha, quero propor o adiamento, submetido à análise do Deputado Nereu Moura. O Deputado Nereu Moura veio aqui e na minha avaliação disse o seguinte: “Olha, em relação à lei, nenhum problema, mas a questão está na justificativa e esses esclarecimentos temos que buscar”.

Então, quero dizer que V. Exa., como Presidente da Casa, na minha avaliação, conduziu de forma absolutamente correta esse processo de votação, porque de fato estamos tratando de um anexo de uma justificativa que nenhuma influência tem na lei.

É isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aliás, quero cumprimentar os Deputados pelo posicionamento que tiveram. Ninguém falou besteira aqui! É exatamente isso! Acho que é exatamente o que foi votado e acabou-se.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 064/07, de 13/06/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 434/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no estado do Paraná.

§1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. A cláusula revogatória, a revogação genérica é vedada pelo artigo 9º da Lei de Técnica Legislativa.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, com a emenda corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 434/07

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

Será procedida a chamada nominal para a votação do projeto.

Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM e os Deputados contrários com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Ivo**)

(Procede à chamada nominal)

Quarenta e três Srs. Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovado o projeto do Deputado Durval Amaral.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a criação do Dia do Rio Ivaí, a ser comemorado no dia 21 de abril. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 443/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo instituir o Dia Estadual do Rio Ivaí, a ser comemorado no dia 21 de agosto, incluso no calendário de datas do Paraná.

Constitucionalidade e Legalidade

A Constituição Federal, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura

nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

§2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

No que se refere à iniciativa legislativa, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem a iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme estabelece o artigo 66 da Constituição Estadual.

Ademais, o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Destarte, não havendo nenhum fator impeditivo para a matéria em tela, esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que inclui o artigo 257-A na Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 132/06, de 27/11/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 548/06

P A R E C E R :

Constitucionalidade e Legalidade

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca a iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2036, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 548/06.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de votarmos os requerimentos eu gostaria de ler o recado do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Durval Amaral que teve de se ausentar, que a reunião da CCJ não será amanhã, conforme havia sido combinado, e sim quinta-feira às 9h da manhã, até porque logo em seguida teremos a Sessão Plenária às 10h30.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Ainda há pouco fui conversar com V. Exa. e em função do que haviam me perguntado os jornalistas no comitê de imprensa, queria que V. Exa. esclarecesse a esta Casa, qual o horário em que o ex-Procurador-Geral do Estado e ex-Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR virá a este Plenário, porque também virá aqui amanhã o Ministro do Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É verdade. Vamos receber o Ministro amanhã. É evidente que a hora que o Ministro aqui chegar, imagina-se que vai chegar 14h, 14h30, a hora que ele chegar, ele fala. Terminada a fala do Ministro, teremos a oitiva do Dr. Sérgio Botto. Terminada a oitiva do Dr. Sérgio Botto, teremos a Sessão Plenária e logo em seguida a outorga do título de Cidadão Honorário a Dom Ladislau às 17h30.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa., vamos separar o meu amigo Nelson Justus, Deputado de 15, 16 anos, do Presidente.

Permita-me, com todo o respeito, dizer a V. Exa. o seguinte: esta questão da vinda do Sérgio Botto, do Rogério, na verdade é uma novela que não sei contar o capítulo. Qual a minha preocupação de segunda-feira? E até para que não tenhamos um eventual embate aqui, teremos o Ministro aqui, daí ouço que terá uma Sessão Solene às

17h30. Quer dizer: não vamos querer ficar apenas 15 minutos com o Dr. Sérgio Botto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem a garantia de que só iniciaremos a Sessão Solene, finda a oitiva do Dr. Sérgio Botto. Se atrasar a Sessão Solene, atrasou!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, vamos causar um constrangimento a alguém que está sendo homenageado por esta Casa.

Sr. Presidente, vamos fazer uma contabilidade, uma matemática prática: 14h30. No mínimo duas horas, teremos aqui a presença do Ministro, do Governador. Termina 16h30. Quatro e meia inicia a Sessão, às 17h30 vai receber o título? O que vai acontecer, Sr. Presidente? Não estou aqui prevendo o futuro, mas quero dizer a V. Exa., não há como acontecer uma Sessão normal. O que estou percebendo, e parece que estou pressentindo, é que haverá um atropelo no diálogo nosso com o Dr. Sérgio Botto. Aí, me sentirei, e os meus companheiros, prejudicados. Jamais colocar em dúvida o seu posicionamento, mas quero dizer o seguinte: se cada vez que tivermos aqui na Casa um convidado ou um convocado, há de se ter um regra.

Eu, como Líder da Oposição, nós como Deputados da Oposição, que tanto lutamos para que o Dr. Sérgio Botto viesse a esta Casa, na segunda-feira não iremos aceitar que seja feita a oitiva do Dr. Sérgio Botto, ouvi-lo aqui no atropelo, porque senão não há, meu amigo Deputado Nelson Justus, como conviver o Líder da Oposição com o Presidente da Assembléia. Teremos aqui uma dificuldade!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou responder para que as coisas fiquem bem claras.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, para poder contribuir com este debate. Penso que a vinda do Ministro, aqui, é muito bem-vinda, porque anunciará crédito para poder custear a agricultura familiar. No ano de 2002, no governo do FHC, do PSDB, R\$ 2,4 bilhões. Agora, neste ano, da safra de 2007 e 2008, R\$ 12 bilhões de investimento e o Paraná receberá 1 bilhão e 200 milhões para o PRONAF. Então, a vinda do Ministro do Desenvolvimento Agrário é muito bem-vinda mesmo. Ele virá e vai falar 20,30 minutos no Plenário.

Não podemos perder a oportunidade, de uma vez por todas, de ouvir o Procurador Sérgio Botto, porque, sinceramente, não é possível que possamos ficar adiando de forma indefinida a vinda do Procurador Sérgio Botto. É uma falta de respeito com ele.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Desculpe-me, Líder do Governo. Eu não iria falar, mas não posso aceitar calado. Deputado Ademar Traiano, Líder do PSDB; Valdir Rossoni, Presidente do PSDB do Paraná, o Líder do Governo começa insinuar de novo, diz que amanhã virá o Ministro do Lula, para o Paraná, anunciar 12 bilhões para o PRONAF, enquanto o Fernando Henrique Cardoso, na sua época, liberou 2,4 bilhões. Ora, Líder do Governo, o PRONAF e o Pronafinho foram instituídos por Fernando Henrique Cardoso. Quando você implanta um programa, gradativamente, você vai aumentando. Esse é um bom programa, Romanelli. O PRONAF e Pronafinho não é do atual Presidente da República, esse é um programa atrasado do Fernando Henrique Cardoso.

Desculpe, Presidente, mas não posso aceitar que venham fazer de novo chacota em cima de ex-Governo. O programa é do Fernando Henrique Cardoso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Doze bilhões, Sr. Presidente. Um bilhão e 300 para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Acho que esta Presidência deve uma explicação ao Deputado Valdir Rossoni.

Em momento algum queremos atropelar qualquer assunto, aqui. Aliás, pessoalmente, por diversas vezes entrei em contato com o Dr. Sérgio Botto. Da mesma maneira, e V. Exa. assistiu hoje com o Rogério Distefano, para que cumpríssemos este convite que foi aprovado aqui na Casa. Se fosse uma convocação teríamos data, hora e local. É convite. Ora, pois, já havíamos convidado o Dr. Sérgio Botto, para vir, aqui, quinta-feira, próxima passada. Desmarcamos, a pedido de V. Exas., tanto dos Deputados da Oposição, como os Deputados do Governo acharam que não seria conveniente o Dr. Sérgio Botto vir aqui em uma quinta-feira, porque teríamos um público diminuto. Por esta razão, transferimos para amanhã.

Hoje deveria estar aqui o Dr. Rogério Distefano, que solicitou e publicou na imprensa, antes de se justificar, que gostaria de falar depois do Dr. Sérgio Botto.

Esta Presidência tem procurado agir com a maior parcimônia e equilíbrio possível. Não posso impedir que o Ministro venha, não posso atropelar e vou pedir que as coisas aconteçam da maneira mais rápida possível. Vamos ouvir o Dr. Sérgio Botto. Se tivermos que atrasar a última cerimônia, vamos atrasar. Agora, eu não posso fazer qualquer previsão, exercício de futurologia, antes do tempo. E se for o caso, podemos até, no meio da Sessão, transferir a Sessão para um outro local, mas vamos agir da melhor maneira e com o equilíbrio possível.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu estava vendo a discussão de quem fez mais, se foi o Lula ou se foi o Fernando Henrique. Quem sabe um dia, o pessoal do Lula traz o Lula para ocupar a tribuna livre e o pessoal do Fernando Hen-

rique traz o Fernando Henrique, cada um em uma tribuna, para discutirem quem fez mais, quem fez menos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Perfeito.

Requerimentos

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2040, de autoria da Sra. Deputada Cida Borguetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1989, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2002 e 2003, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2007, de autoria dos Srs. Deputados Ney Leprevost, Marcelo Rangel, Teruo Kato e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2009, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Malucelli, Alexandre Curi e Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2014, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2019 e 2020, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Em Discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2028, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2029, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batisti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2033 e 2035, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2004 e 2005, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2006 e 2008, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2010, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2012, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2021, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2024 e 2025, de autoria do Sr. Deputados Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2034, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2037, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2038, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2043, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Malucelli, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2041, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12 às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 422 e 445/07.

3ª DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei nºs 097 e 248/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 263, 434 e 443/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 146, 401 e 444/07, e do Projeto de Resolução nº 017/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1573/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5687, datado de 11 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a MARLI DE BASTOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, portadora do RG nº 1845.340-PR e do CIC nº 470.502.769-87, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 17 de agosto de 1983, ocupante do cargo de Telefonista, lotada na ALEXPPAR/FEPPA, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1574/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5845, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NILZA SANTOS, matrícula nº 40878, portadora do RG nº 3045846-0-PR e do CPF nº 598.474.509-78, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1989, ocupante do cargo de Assistente Administrativo nível NAA-11, lotada no Setor de Patrimônio, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios

do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1575/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6022, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ADELAIDE DA SILVA OSMAN, matrícula nº 40336, portadora do RG nº 1.490.751-PR, e do CPF nº 552.659.609-53, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada no Setor de Água, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1576/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6003, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula nº 41010, portadora do RG nº 3.820.099-2-PR, e do CPF nº 620.811.959-68, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de setembro de 1990, ocupante do cargo de Dentista, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e

seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1577/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6025, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ANTONIO LEAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 40762, portador do RG nº 3.067.646-PR, e do CPF nº 393.088.209-49, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de junho de 1988, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-02, lotado no Setor de Água, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e

seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 396/07, 381/07, 391/07, 422/07 e 445/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

